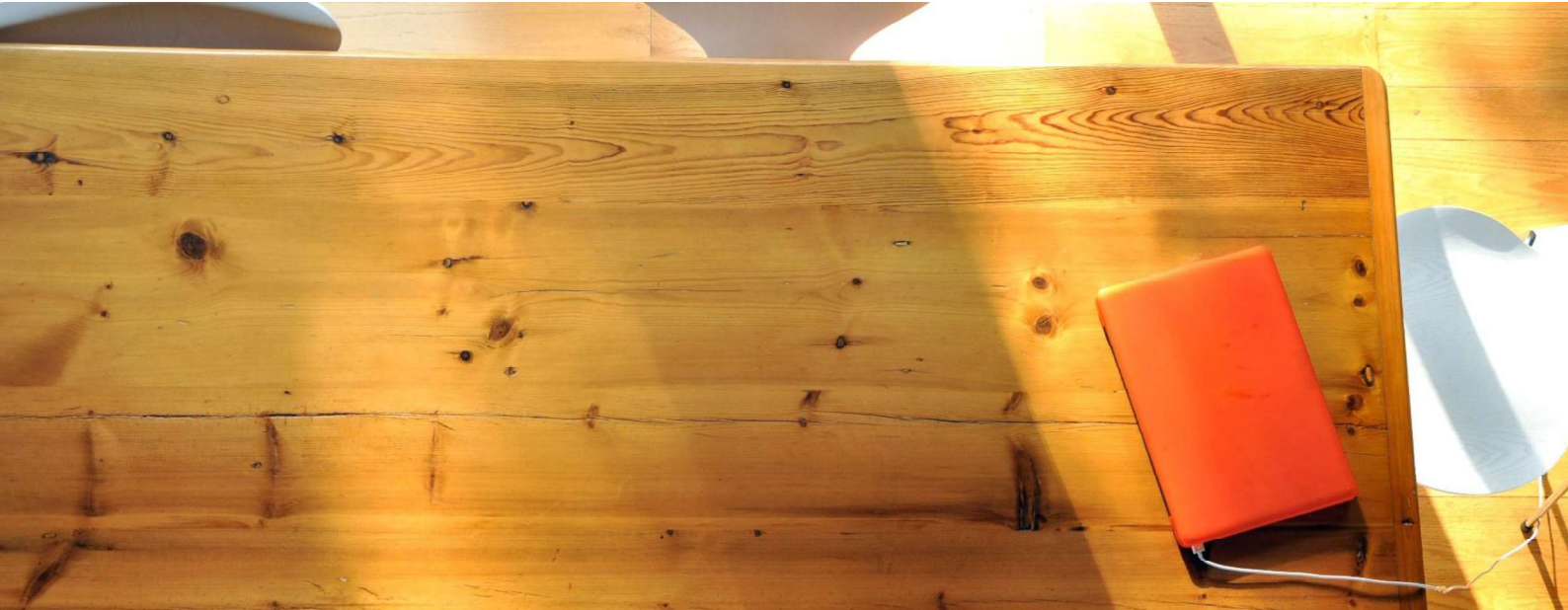




DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022





AMAZONAS ENERGIA S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022**

Com o relatório dos auditores independentes

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração financeiras

31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração financeiras	
Balanço patrimonial	7
Demonstração dos resultados	9
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e acionistas
Amazonas Energia S.A.
Manaus - Amazonas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazonas Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amazonas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia vem incorrendo em prejuízos, sendo R\$ 425.155 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 319.781 mil em 2021) e, nessa data, apresentou excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante em R\$ 2.163.644 mil (R\$ 598.903 mil em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 3.256.801 mil (R\$ 2.831.873 mil em 31 de dezembro de 2021). Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional tendo em vista as dificuldades financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, em 2022, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 61.179 mil, referentes a sobrecontratação de energia, reconhecida inicialmente como Receita Regulatória, para Recuperação de despesas – CCC – Custo de Operação. Desta forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações de resultado do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, examinamos também os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras do exercício anterior. Concluímos que tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2023.

Crowe Macro Auditores Independentes

CRC 2SP033508/O-1



Dalton Frias Herculano

Contador – CRC1SP292951/O-0



Luciana Toniolo Meira

Contador – CRC1SP254.829/O-8

AMAZONAS ENERGIA S.A.Balanço patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11	22.912	107.266
Títulos e valores mobiliários	12	112.957	32.209
Consumidores	14	1.088.854	1.055.218
Concessionárias e permissionárias	15	77.071	205.294
Tributos	16	176.457	169.526
Almoxarifado operacional	17	42.018	30.005
Ativos financeiros setoriais	19	272.646	354.353
Encargos setoriais a compensar	20	10.243	-
Direito de ressarcimento	18	1.360.552	1.232.847
Outros ativos circulantes	21	88.689	66.162
		3.252.399	3.252.880
Não Circulante			
Consumidores	14	252.388	245.823
Concessionárias e permissionárias	15	1.145	1.499
Tributos	16	1.347.056	1.670.552
Depósitos judiciais e caução	30	386.597	315.978
Investimentos temporários	13	145.776	130.106
Direito de ressarcimento	18	23.000	870.884
Outros ativos não circulantes	21	22.460	-
Ativo contratual	22	798.061	461.517
Ativo financeiro	22	268.523	209.913
Investimentos	-	23.141	21.914
Imobilizado	24	99.116	61.972
Intangível	23	1.989.774	1.911.539
		5.357.037	5.901.697
Total		8.609.436	9.154.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.Balança patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	26	1.540.017	1.190.056
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27	3.000.760	1.549.305
Obrigação sociais e trabalhistas	28	16.047	17.630
Tributos	16	207.913	653.276
Encargos setoriais a pagar	20	8.376	33.397
Passivos financeiros setoriais	19	594.853	365.714
Outros passivos	29	48.077	42.405
		5.416.043	3.851.783
Não Circulante			
Fornecedores	26	23.993	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27	4.791.744	6.346.835
Tributos	16	783	9.168
Provisão para litígios	30	1.056.785	1.156.599
Encargos setoriais a pagar	20	72.710	24.559
Tributos diferidos	16.1	88.470	181.797
Obrigação de ressarcimento	18	402.154	402.154
Outros passivos	29	13.555	13.555
		6.450.194	8.134.667
Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	31	11.146.667	11.146.667
Outros resultados abrangentes		(422.457)	734.578
Prejuízos acumulados		(13.981.011)	(14.713.118)
		(3.256.801)	(2.831.873)
Total		8.609.436	9.154.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021 Reapresentado
Receita operacional líquida	32	5.284.497	6.043.738
Custo com Energia Elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	33	(8.231.332)	(8.208.245)
Custo de Operação	34.1	4.525.185	3.002.180
Pessoal, material e serviços de terceiros	-	(596.955)	(497.158)
Depreciação e amortização	-	(70.847)	(64.243)
Combustível para produção de energia elétrica	-	(756.771)	(515.320)
Recuperação de despesas - CCC	-	6.078.215	3.627.079
Outros	34.3	(128.457)	451.822
Custo de construção	34.2	(793.321)	(479.493)
Lucro bruto		785.029	358.180
Receitas (Despesas) Operacionais	34.4	(233.615)	(348.361)
Resultado do serviço de energia elétrica		551.414	9.819
Resultado financeiro	35	(958.444)	(566.988)
Resultado antes da participação societária		(407.030)	(557.169)
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.228	4.216
Resultado antes dos impostos		(405.802)	(552.953)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	16.1	93.328	131.864
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(112.681)	101.308
Prejuízo do exercício		(425.155)	(319.781)
Prejuízo por Ação		(0,0219)	(0,0165)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(425.155)	(319.781)
Outros resultados abrangentes	227	504
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(424.928)</u>	<u>(319.277)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	11.146.667	706.845	(14.393.337)	(2.539.825)
Ganho Atuarial	-	504	-	504
Transação com Acionista - AIC Ressarcível	-	27.229	-	27.229
Prejuízo líquido do período	-	-	(319.781)	(319.781)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.146.667	734.578	(14.713.118)	(2.831.873)
Ganho Atuarial	-	227	-	227
Transação com Acionista - Tributos	-	(1.157.262)	1.157.262	-
Prejuízo líquido do período	-	-	(425.155)	(425.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.146.667	(422.457)	(13.981.011)	(3.256.801)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa nas atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(425.155)	(319.781)
Ajustes p/ reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	84.860	77.087
Ganhos pelo valor da indenização	(74.960)	(25.868)
Custo de captação AVJ	-	(727.547)
Encargos financeiros – Empréstimos Eletrobras	641.315	253.545
Encargos financeiros de Eletronorte	322.065	61.844
Encargos financeiros – Bradesco	44	135
Encargos financeiros de Eletronorte ICD4 - 2021	-	100.146
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(13.445)	(79)
Atualização monetária das contingências	124.798	120.544
Atualização monetária de ativos e passivos regulatórios	(124.812)	(42.052)
Variação monetária ativa	(72)	(31.385)
Variação monetária passiva	(36.171)	36.246
Acréscimo moratório sobre energia vendida	(208.887)	(74.529)
Descontos condicionais sobre energia vendida	63.662	39.301
Imposto de renda e contribuição social – diferido	-	(131.864)
Imposto de renda e contribuição social	-	(101.308)
AVP – Avaliação atuarial	227	504
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	(3.946)
Avaliação a valor justo	(155.333)	(267.326)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	162.927	161.264
Reversão Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(433.546)	(422.913)
Perdas com clientes	213.143	353.734
Provisão para contingências judiciais	87.565	434.656
Reversão para contingências judiciais	(311.801)	(432.564)
Baixa de ativo financeiro	70	-
Baixa de ativo intangível	1.101	74.782
	(82.405)	(867.374)

AMAZONAS ENERGIA S.A.Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

(Continuação)	2022	2021
Varição no ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários	(80.748)	8.009
Consumidores	169.066	(229.409)
Concessionárias e permissionárias	128.223	213.315
Estoques	(12.012)	25.257
Investimentos temporários	-	405
Tributos e contribuição sociais	(6.931)	198.248
Direito de ressarcimento	(127.705)	(224.030)
Ativos indenizados	-	2.868
Encargos Setoriais	206.519	-
Ativos regulatórios - CTG 08	(10.243)	385.903
Outros	13.716	30.392
	279.885	410.958
Varição no ativo não circulante		
Consumidores	(6.565)	(49.413)
Concessionárias e permissionárias	353	217
Tributos e contribuição sociais	323.496	(460.288)
Investimentos temporários	(15.670)	(5.350)
Direito de Ressarcimento	847.884	288.108
Ativos Indenizados	74.960	276.003
Ativos regulatórios	(22.460)	727.547
	1.201.998	776.824
Varição no passivo circulante		
Fornecedores	349.961	7.333
Tributos e contribuição sociais	(450.799)	300.332
Obrigação sociais	(1.583)	(2.790)
AIC Ressarcível	-	(68.881)
Passivos regulatórios - CTG 08	229.138	(154.283)
Outros	(19.347)	(168.770)
	107.370	(87.059)
Varição no passivo não circulante		
Fornecedores	23.993	(1.188.448)
AIC Ressarcível	-	(362.591)
Tributos e contribuição sociais	(8.384)	9.168
Provisões para causas judiciais	(376)	-
Tributos Diferidos	(93.327)	-
Benefício pós emprego	-	(2.919)
Provisões para causas judiciais	48.151	(457.418)
Outros	-	(113.912)
	(29.943)	(2.116.120)

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

(Continuação)	2022	2021
Pagamento de encargos Eletrobras	(52.913)	(228.528)
Pagamento de encargos Eletronorte	(246)	(61.167)
Depósitos judiciais	(57.174)	125.701
	(110.333)	(163.994)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	1.366.572	(2.046.765)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento		
Aquisição de ativo contratual	(1.227)	(388.959)
Aquisição de ativo financeiro	(385.727)	(3.433)
Aquisição de ativo imobilizado	(46.039)	(24.350)
Aquisição de ativo intangível	(9.466)	(6.779)
Aquisição de ativo intangível - concessão	-	8.796
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	(442.459)	(414.725)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	-	2.970.799
Glosa CCC (Ofício ANEEL 398/2021)	(344.855)	-
Constituição	16.059	-
Pagamentos de financiamentos - Bradesco	(702)	(1.170)
Pagamentos Itaú	(382.217)	-
Pagamento de parcelamento	(141.208)	(2.217)
Pagamentos Eletrobras	(152.448)	(30.652)
Pagamentos Eletronorte	(3.096)	(476.369)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	(1.008.467)	2.460.391
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(84.354)	(1.099)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	107.266	108.365
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.912	107.266
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(84.354)	(1.099)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.Demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Geração do valor adicionado		6.104.248	6.659.283
Receitas de vendas de energia e serviços		6.066.097	6.637.649
Outras receitas		38.151	21.634
Insumos adquiridos de terceiros		4.248.056	5.569.848
Custo da energia elétrica comprada	33	8.231.332	8.208.245
Serviços de terceiros		525.211	414.889
Material		22.911	54.179
Combustíveis p/produção de energia elétrica	34.1	756.771	515.320
Recuperação de despesa - CCC	34.1	(6.078.215)	(3.627.079)
Custo de construção	34.2	793.321	479.493
Ajuste a valor Justo – ativos concessão	34.4	(155.333)	(267.326)
Outros		152.058	(207.873)
Valor adicionado bruto		1.856.192	1.089.435
Retenção		321.364	279.535
Depreciação e amortização		84.860	75.576
(Provisões) reversões de provisões	34.5	236.504	203.959
Valor adicionado líquido		1.534.828	809.900
Valor adicionado recebido em transferência		442.033	226.650
Resultado de Equivalência Patrimonial		1.228	4.216
Receitas financeiras	35	440.805	222.434
Valor adicionado a distribuir		1.976.861	1.036.550
<u>Distribuição do valor adicionado</u>			
Remuneração do trabalho		165.510	168.647
Governos (Impostos e contribuição)		463.988	218.069
Contribuição sociais INSS e FGTS		33.926	36.973
COFINS e PIS/PASEP		410.709	414.268
Imposto de Renda e Contribuição Social		19.353	(233.172)
Financiadores		1.401.627	789.972
Encargos de dívidas, variação monetária e outros		1.399.248	789.422
Aluguéis		2.379	550
Encargos setoriais		370.891	179.643
Prejuízo do exercício		(425.155)	(319.781)
Valor adicionado distribuído		1.976.861	1.036.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Amazonas Energia S.A. (“Companhia” ou “AmE”), constituída na forma de sociedade anônima, é uma sociedade de capital fechado, de direito privado, tendo como atividade principal a distribuição de energia elétrica. Sua sede está localizada na Avenida Djalma Batista, nº 4.400, unidade II, Flores - Manaus - Amazonas.

A Companhia detém a concessão para a exploração de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 01/2019-ANEEL, celebrado em 11 de abril de 2019, vigente até 10 de abril de 2049 (para mais informação e contexto dessa concessão, vide Nota Explicativa nº 2.1).

A Companhia atua tanto no Sistema Interligado Nacional – SIN (capital e algumas cidades da região metropolitana), quanto no Sistema Isolado - SISOL (interior).

Esta área de concessão de distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas está entre as mais desafiadoras do país dadas suas características que impõem a necessidade de enorme esforço conjunto entre Poder Concedente, Regulador e Concessionária.

O Amazonas é o único Estado da Federação, em que as Perdas Não Técnicas de Energia, superam em 100% o seu mercado de baixa tensão, demonstrando como são acentuados os desafios que estão sendo enfrentados na concessão. Um problema de complexa resolução, que diante do atual cenário no Estado, exige esforço não somente da Distribuidora, mas de todas as demais instituições no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da Sociedade Civil.

Ao final de seu Período de Designação, que ocorreu com a transferência do controle acionário da Eletrobras e a assinatura do novo contrato de concessão, a Companhia não conseguiu o efeito da neutralidade para toda a amplitude de suas operações como Distribuidora, como estabelecido no Edital de Leilão de privatização Nº 2/2018–PPI/PND.

Alguns critérios e a própria discricionariedade que envolveram o tema e aplicados quanto ao entendimento de diversas situações (penalidades, glosas pelo nível de perdas regulatórias, diferimentos etc.) fizeram com que a Companhia tivesse frustrações na cobertura de seus custos e despesas.

Esse tipo de situação materializou-se em prejuízo financeiro para a Distribuidora, esse desequilíbrio, aliado a outras situações tais como: elevado nível de perdas não técnicas – PNT e sobrecontratação estrutural e involuntária de energia, contribuíram para agravar a situação econômico-financeira da Empresa, que em 11 de abril de 2019, após um longo processo de desestatização, iniciou com endividamento relevante.

Ainda ao final de 2021, o órgão Regulador solicitou que a Distribuidora demonstrasse como pretendia equacionar a situação econômico-financeira da concessão e, como consequência, foi apresentado o “Plano de Resultado Econômico-Financeiro da Concessão”, a ser implementado a partir de 2022, que dentre as diversas variáveis, estava alicerçado fortemente em um programa de recuperação das perdas não técnicas, e no equacionamento de uma dívida altamente significativa a título de empréstimos, que se originou desde o processo de privatização, como consequência da falta de neutralidade durante o período de designação.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por esta constatação, a Concessionária contratou serviços de auditoria independente para analisar a origem e a composição destes empréstimos e financiamentos assumidos pela nova concessão, o que apontou a necessidade de ajustes em favor da Distribuidora os quais são objeto de pleitos junto a Eletrobras, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia - MME.

Quanto ao Plano apresentado a ANEEL, nele continha diretrizes que visavam reduzir o nível elevado de perdas não técnicas de energia acima dos níveis regulatórios, que, em conjunto com os níveis tarifários atuais, refletia diretamente no fluxo de caixa da empresa e na manutenção das condições econômicas da concessão; e na realização de recebíveis reduzindo a inadimplência, onde a carteira de ativos junto a clientes é de montante relevante.

Da mesma forma constou no “plano”, ações para o reescalonamento das dívidas, compatibilizando-o com a capacidade de geração de caixa operacional da Concessionária, medidas essas que certamente melhorariam em muito a situação financeira da Empresa.

Infelizmente esses procedimentos foram frustrados até o final de 2022, no que se refere a ações efetivas de combate às perdas não técnicas, tais como fraudes, desvios, dentre outras irregularidades, tendo em vista que além de todos os reflexos negativos que a “pandemia” causou desde 2020 até 2022, o Estado do Amazonas publicou diversas “leis Invasoras” aprovadas pelo legislativo estadual que impactaram diretamente nas atividades da Amazonas Energia, tendo o Estado inclusive elaborado leis que são competência exclusiva da União, no que tange aos procedimentos, prazos e relacionamento com o consumidor e a operação da concessionária de serviços públicos de distribuição de energia.

Assim, a Concessionária ficou impedida ainda durante o ano transcorrido, de efetuar cortes no fornecimento de energia dos consumidores da classe residencial por falta de pagamento, de suspender a cobrança de juros, multas, vedar reajustes de tarifas e de forma mais abusiva ainda promulgou lei proibindo que a Amazonas Energia implementasse o Sistema de Medição Centralizada-SMC, ou Sistema Remoto Similar, investimento esse que eliminaria de forma significativa o índice de perdas não técnicas acima dos níveis regulatórios, especialmente em Manaus, onde se concentra o grande volume da carga e de distribuição de energia, e portanto o maior montante de perdas não técnicas que afetam negativamente o equilíbrio da concessão no seu aspecto financeiro.

Quanto a essas determinações emanadas pela legislação do Estado do Amazonas, no início de 2023 o Supremo Tribunal Federal - STF por unanimidade declarou inconstitucional todas as medidas legais impostas pela Legislação Estadual do Amazonas que afetaram a Amazonas Energia, o que então permitirá a implementação de medidas de combate à perdas não técnicas em 2023, dando continuidade aos investimentos das melhorias que a empresa vem realizando desde o início de 2021, com reflexos imediatos na melhoria dos serviços prestados.

Outro ponto que merece destaque na apresentação do contexto operacional no qual a Companhia está inserida atualmente, diz respeito ao alto nível de endividamento, que a Amazonas Energia vem assimilando desde a data da mudança do controle acionário e que tem resultado em custos financeiros relevantes, afetando de forma contundente a administração financeira da Companhia.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nesse sentido, destaca-se que o edital do Leilão de privatização da Companhia nº 2/2018-PPI/PND previu que os trabalhos de avaliação econômico-financeira foram elaborados considerando as seguintes premissas:

- a) o valor simbólico das ações seria de R\$ 50 mil;
- b) as flexibilizações necessárias aos parâmetros tarifários, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, até o limite necessário para que o valor de avaliação da empresa, considerando o novo contrato de concessão, seja igual a zero.

Nessas condições o novo acionista, além de aportar R\$ 491 milhões, assumiria a responsabilidade de pagar as dívidas no limite de R\$ 2.537 milhões (condições do edital) e realizar os investimentos projetados para a empresa, conforme demonstrado abaixo:

Situação Financeira da Amazonas Energia – Condições do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND

(+) Valor da empresa em 31/12/2016	R\$ 2.456 mm
(-) Endividamento líquido em 31/12/2016	R\$ 9.959 mm
(+) Contingências em 31/12/2016	R\$ 1.160 mm
(-) Atualização de itens patrimoniais em 30/06/2017	R\$ 248 mm
(+) Aporte ELETROBRAS, conf. RES CPPI nº 20/17	R\$ 8.912 mm
(=) Valor de venda da Amazonas Energia	R\$ 50 mil
(-) Valor pago pelos novos acionistas	R\$ 50 mil
(=) EQUITY VALUE *	R\$ 0

* Valor simbólico cabível aos acionistas

Esclarecimentos sobre a Tabela: os cálculos do *EQUITY VALUE* = 0, levam em consideração: i) avaliação da empresa (na data base dez/16) resultando em R\$ 2.456 mm; ii) o endividamento líquido de R\$ 9.959 também na data base dez/16; iii) as contingências, no valor de R\$ 1.160 mm, que em dez/16, não estavam registradas no balanço (grande parte referente aos processos dos PIES, cerca de R\$ 900 milhões); e iv) a atualização dos itens patrimoniais de R\$ 248 milhões, para ajustar o endividamento líquido até a data base jun/17. A soma desses valores seria o ajuste (aporte) necessário da Eletrobras na Amazonas Energia para se chegar ao valor ZERO de *EQUITY*.

Na data base do edital do leilão de privatização (setembro de 2017), o endividamento máximo sustentável pela Concessão, era de R\$ 397.430 mil, contudo, a Distribuidora possuía em seu ativo imobilizado em curso (AIC), R\$ 1.806.410 mil para reconhecimento tarifário e grandes oportunidades de melhorar a geração de caixa regulatória o que tornaria a concessão sustentável sob o ponto de vista financeiro e do investidor.

Relevante dizer que, era condição editalícia a preservação da capacidade econômica e financeira sustentável da Amazonas Energia, ou seja, a condição “*Equity* igual a zero” deveria ter sido resguardada. Por outro lado, em função da ausência de equilíbrio econômico-financeiro impactando na condição sustentabilidade da Companhia, o ônus desse desequilíbrio foi assumido pelo novo controlador.

O endividamento assumido pelo novo controlador em abril de 2019 foi afetado pelos efeitos entre as datas de *valuation* (setembro de 2017) e a transferência do controle. A apuração final do valor presente líquido dos efeitos dessa diferença é de R\$ 3.300.000 (quadro resumo a seguir).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Situação Financeira da Amazonas Energia – Na transferência do controle

(+) Valor da empresa em 31/03/2019	R\$ 5.314 mm
(-) Endividamento líquido em 31/03/2019	R\$ 19.130 mm
(-) Contingências em 31/03/2019	R\$ 1.469 mm
(+) Atualização de itens patrimoniais (MP 855 e CCC)	R\$ 3.074 mm
(+) Aporte ELETROBRAS, conf. RES CPPI nº 20/17	R\$ 8.912 mm
(=) Valor de venda da Amazonas Energia	R\$ - 3.299 mm
(-) Valor pago pelos novos acionistas	R\$ 50 mil
(=) EQUITY VALUE	R\$ - 3.299 mm

O ônus financeiro advindo do período de designação imputado ao novo controlador, exigiu dele recursos próprios para neutralizar os impactos anteriores à sua obrigação. Ademais, o endividamento garantido pela Eletrobras no período de designação foi transferido à Amazonas Energia, já privatizada, por meio do Contrato 3382/2019.

Nesse sentido, para reestabelecer o equilíbrio financeiro do Contrato de Concessão nº 001/2019 - ANEEL e o cumprimento da condição editalícia do “EQUITY ZERO”, a Companhia junto de seus assessores jurídicos, ingressou com as seguintes ações, pleiteando:

Processo nº 1037142-69.2022.4.01.3400 – Ação declaratória com pedido indenizatório em face da União Federal (Ministério de Minas e Energia) e da ANEEL para exigir o cumprimento da condição de *equity* zero, premissa da equação econômico-financeira prevista no Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, do qual originou-se o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2019-ANEEL e revisão da neutralidade regulatória prevista na Portaria MME nº 388/2016.

Processo nº 1037160-90.2022.4.01.3400 (conexo ao processo nº 1037142-69.2022.4.01.3400) – Ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência em face da União Federal (Ministério de Minas e Energia) e da Eletrobras para requerer o encontro de contas dos créditos e débitos, de forma a reestabelecer a condição de *equity* zero até o dia 10/04/2019, data da transferência do controle, considerando que:

- i) no encontro de contas sejam computados todos os contratos vigentes entre a AmE e Eletrobras; e
- ii) nesse encontro de contas, a Eletrobras apresente condição de parcelamento que viabilize a continuidade das operações da Amazonas Energia.

Processo nº 1041749-28.2022.4.01.3400 (conexo ao processo nº 1037142-69.2022.4.01.3400) e nº 0712335-53.2022.8.04.0001 – Ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência em face da União Federal (Ministério de Minas e Energia-MME) e da Eletronorte para requerer que essa se abstenha de fazer cobrança, judicial ou extrajudicialmente e de realizar inclusão do nome da AmE em qualquer cadastro de proteção ao crédito, incluindo o Cadastro de Inadimplentes com obrigações intrassetoriais da ANEEL. Destaque-se que esse pedido decorre do interesse público vinculado à continuidade de prestação do serviço distribuição de energia elétrica do Estado do Amazonas, pois se a Eletronorte negatar a Distribuidora pela inadimplência, esta ficará impossibilitada de

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receber os repasses oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que representam 50% da receita operacional da Companhia.

Ademais, além das questões relacionadas à cobrança e inclusão em cadastro de inadimplentes, também foi solicitado o encontro de contas dos créditos no montante de R\$ 308 milhões que a Amazonas detém em função dos processos judiciais, cujos fatos geradores estão diretamente relacionados aos ativos transferidos à antiga Amazonas Geração e Transmissão e que nesse encontro de contas, a Eletronorte apresente condição de parcelamento que viabilize a continuidade das operações da Distribuidora.

Portanto, diante do cenário desafiador, a Concessionária e o órgão regulador têm procurado envidar esforços na busca de soluções que visem o equacionamento da situação econômico-financeira da concessão.

Monitoramento da Companhia pelo órgão regulador quanto à sustentabilidade econômico-financeira

Por meio do ofício nº 351/2021–SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2021, com fundamento na análise apresentada na Nota Técnica nº 189/2021-SFF/ANEEL, de 20 de dezembro de 2021, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF concluiu a análise do monitoramento efetuado ao longo dos últimos dois primeiros anos do novo contrato de Concessão quanto aos aspectos econômico-financeiros. A Amazonas Energia, ao elaborar o plano de resultados requerido objetivou equacionar a situação econômico-financeira da concessão.

Na dinâmica do processo de acompanhamento do Plano de Resultados, em 05/08/2022, a Companhia encaminhou a ANEEL a correspondência CTA-PR nº 107/2022 apresentando os resultados do 2º trimestre de 2022.

Por fim, o Plano de Resultados, fortemente impactado pelas leis invasoras se inviabilizou, principalmente no que tange a geração de caixa e o combate a perdas, fez com que o órgão regulador solicitasse a reavaliação das ações constantes no Plano apresentado.

2 Prestação do serviço público de energia elétrica

2.1 Contrato de concessão

Em 11 de abril de 2019, foi celebrado o novo Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2019-ANEEL (nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) entre a União e o Consórcio Oliveira Atem, por meio do qual se formalizou a transferência do controle acionário da Companhia, conforme previsto no Edital do Leilão nº 2/2018.

O novo Contrato de Concessão será por um prazo de 30 (trinta) anos tendo iniciado em 11 de abril de 2019 e com término em 10 de abril de 2049.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP) e as orientações

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiros e das normas definidas pela ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de abril de 2023.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na (Nota Explicativa nº 6).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1 Reapresentação dos valores correspondentes

Até o exercício de 2021, a Companhia vinha registrando os valores de Sobrecontratação como Receita Regulatória em contrata partida a um ativo a receber. Ocorre que, quando da regulamentação da Lei nº 12.111/2009, por meio do Decreto nº 7.246/2010, ficou estabelecido em seu art. 22, que nos três anos subsequentes ao da respectiva interligação, a concessionária não estaria sujeita aos limites de contratação previsto no Decreto nº 5.163/2004, sendo que o custo com a sobrecontratação seria reconhecido no Custo Total de Geração, inclusive estabelecendo no seu Art. 22, § 2º, que a sobrecontratação, reconhecida pela ANEEL como exposição involuntária, no período de 5 (cinco) anos após a data da interligação, também seria considerado no CTG no Sistema Isolado.

“Art. 22. Os agentes de distribuição integrados ao SIN não estarão sujeitos aos limites de contratação de que tratam os arts. 24, 36, 38 e 41 do Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nos três anos subsequentes ao da respectiva interligação.

§ 1º O custo total de geração correspondente à sobrecontratação de energia elétrica, pelo período definido no caput, será considerado no custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados de que trata o art. 11, § 2º. (Incluído pelo Decreto nº 10.050, de 2019)

§ 2º O custo decorrente da sobrecontratação de energia elétrica dos agentes de distribuição de que trata o caput, reconhecida pela ANEEL como exposição involuntária no prazo de cinco anos subsequentes ao da respectiva interligação, será considerado no custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados de que trata o art. 11, § 2º. (Incluído pelo Decreto nº 10.050, de 2019)”

Da mesma forma, ampliado essas disposições para os anos de 2021 a 2026, foi incluído, na Lei nº 12.111/2009, o art. 4º-C pela Lei nº 14.146/2021, abaixo transcrito, que o valor da sobrecontratação involuntária seria repassado (reembolsado) pela Conta de Consumo de Combustível (CCC), mediante a inclusão desses efeitos, positivos ou negativos, no Custo Total de Geração (CTG), conforme disposto no Parágrafo 2º, do citado artigo.

“Art. 4º-C. O ônus decorrente da sobrecontratação reconhecida pela Aneel como exposição involuntária, para as distribuidoras de energia elétrica prestadoras do serviço em Estados da Federação cujas capitais não estavam interligadas ao SIN em 9 de dezembro de 2009, a partir da interligação ao SIN, será repassado à CCC, mediante:

I – Custeio das obrigações decorrentes da repactuação de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEEs), preferencialmente;

II – Repasse do efeito financeiro da sobrecontratação.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo está condicionado à existência de economicidade na proposta e à aprovação pela Aneel.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

§ 2º Para o repasse de que trata o inciso II do caput deste artigo, o efeito financeiro, negativo ou positivo, será considerado no custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2026, nos termos definidos pela Aneel.” (grifou-se)

Ao se confrontar o cálculo efetuado para outras concessionárias, constatou-se que a ANEEL calcula a cobertura tarifária considerando os valores da sobrecontratação dentro dos itens financeiros. Contudo, no caso da Amazonas Energia, a Lei nº 14.146/2021 estabeleceu que o ônus decorrente da sobrecontratação involuntária deverá ser repassado à CCC, logo os valores referentes à sobrecontratação não são considerados no cálculo da cobertura tarifária como ocorre nas outras concessionárias, mas sim, reembolsado pela CCC. Assim, tais valores não representam uma receita de venda de energia, mas sim uma recuperação de despesa da energia sobrecontratada.

Consequentemente, os valores de receita operacional líquida e custo de operação a maior e a menor, respectivamente, na demonstração do resultado do exercício de 2021. As distorções estão sendo corrigidas pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras de 2021:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	6.104.917	(61.179)	6.043.738
Custo com Energia Elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(8.208.245)	-	(8.208.245)
Custo de Operação	2.941.001	61.179	3.002.180
Pessoal, material e serviços de terceiros	(497.158)	-	(497.158)
Depreciação e amortização	(64.243)	-	(64.243)
Combustível para produção de energia elétrica	(515.320)	-	(515.320)
Recuperação de despesas - CCC	3.565.900	61.179	3.627.079
Outros	451.822	-	451.822
Custo de construção	(479.493)	-	(479.493)
Lucro bruto	358.180	-	358.180
Receitas (Despesas) Operacionais	(348.361)	-	(348.361)
Resultado do serviço de energia elétrica	9.819	-	9.819
Resultado financeiro	(566.988)	-	(566.988)
Resultado antes das participações societárias	(557.169)	-	(557.169)
Resultado de equivalência patrimonial	4.216	-	4.216
Resultado antes dos impostos	(552.953)	-	(552.953)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	131.864	-	131.864
Imposto de Renda e Contribuição Social	101.308	-	101.308
Prejuízo do período	(319.781)	-	(319.781)
Prejuízo por Ação	(0,0165)	-	(0,0165)

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 14 – Consumidores: estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 14 – Consumidores: reconhecimento e mensuração da perda com créditos de liquidação duvidosa e estimativa de renda não faturada;
- Nota Explicativa nº 19 - Ativos financeiros setoriais e Passivos financeiros setoriais: reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos regulatórios;
- Nota Explicativa nº 22 – Ativo Contratual e Ativo Financeiro - Ativo financeiro: critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- Nota Explicativa nº 30 - Provisão para causas judiciais e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota Explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e Gestão de Riscos: definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos; e
- Nota Explicativa nº 38 - Benefício pós-emprego - mensuração de obrigação de benefícios definidos: principais premissas atuariais.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informação adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 36.2.

6 Mudança nas principais políticas contábeis

Não ocorreram no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, mudanças nas principais políticas contábeis que afetassem materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Os custos de planos de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxa de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Títulos e valores mobiliários

A Companhia aplica recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante considera o fato de os títulos classificados no curto prazo possuírem liquidez imediata. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

c. Clientes

As contas a receber de clientes são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, pelo uso do sistema de distribuição de consumidores livres, pelos serviços prestados, pelos acréscimos moratórios, entre outros.

O saldo inclui o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

Os valores apresentados na conta de clientes estão contabilizados com base no regime de competência, e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, relacionados a consumidores, revendedores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme a NBC TG 48 - Instrumentos financeiros, que é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas no recebimento dos clientes, cuja recuperação seja considerada improvável).

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 14).

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localização e condição existentes.

Os estoques de materiais para consumo são classificados no ativo circulante, não sendo depreciados ou amortizados, e os estoques de materiais destinados às obras/manutenção dos sistemas de distribuição são classificados no ativo financeiro ou intangível.

e. Investimentos temporários

Os investimentos temporários representam aplicação de recursos financeiros em títulos e valores mobiliários disponíveis no mercado, ou direitos representativos destes, cuja natureza não seja de liquidez imediata, derivados de receitas financeiras ou de lucros com a negociação.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os investimentos temporários são avaliados ao custo de aquisição e, quando aplicável, acrescidos da atualização monetária, dos juros e outros rendimentos auferidos.

f. Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ITG 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. (Nota Explicativa nº 22).

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo contratual (infraestrutura em construção) estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme a NBC TG 48 - Instrumentos financeiros.

g. Ativo financeiro

Os ativos financeiros referem-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da interpretação técnica ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e da orientação técnica CTG 05 - Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 22).

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para esse ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

h. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de prestação do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota Explicativa nº 23).

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível é apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. Assim, esses bens devem ser amortizados, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da prestação do serviço, pelo método linear.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

i. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

É avaliado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Em função da adoção pela Companhia das interpretações técnicas ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e o CTG 05 - Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado correspondem a todos os bens que não são utilizados na atividade-fim da Companhia. Demais ativos vinculados à prestação do serviço foram reclassificados como ativos contratuais, ativos financeiros indenizáveis (Concessão) e ativos intangíveis.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

As vidas úteis estimadas e as taxas adotadas pela Companhia são aquelas estabelecidas pela ANEEL, conforme Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, e estão em consonância com os critérios estabelecidos na norma contábil (NBC TG 27 (R4) – Ativo imobilizado).

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

A provisão é constituída com base na perda esperada, ou seja, perdas de créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência, utilizando uma matriz de provisão para reconhecimento, em taxas de perdas históricas (últimos 24 meses), probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração. Considera, também, o *aging list* individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros (Nota Explicativa nº 14).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente, quando há indicativos de impairment, o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão, avaliando se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (Nota Explicativa nº 25).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também e gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

Ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos da norma contábil NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

l. Empréstimos e financiamentos

São instrumentos financeiros registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos (Nota Explicativa nº 27).

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receita de juros com aplicação financeiras; despesa de juros de empréstimos e atualização monetária de fornecedores; ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos (Nota Explicativa nº 35).

n. Provisões de causas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota Explicativa nº 30).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeção fiscais ou exposição adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

p. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é reconhecida na medida em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo encargos sobre vendas.

Receita de distribuição de energia

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida. Isto é, quando ocorre a transferência de controle da energia fornecida para os clientes.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado/nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

q. Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuição fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigação legais nem construtivas de fazer contribuição, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez deste enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

r. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

s. Subvenção governamental

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas (Nota Explicativa nº 18).

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

É o encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso das redes elétricas relativas a consumidores livres, para cobertura da energia elétrica produzida por produtores independentes, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

t. Ativos e passivos regulatórios

São diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários e geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. O registro dos valores a receber e obrigação foram efetuados em contas de ativo e passivo financeiros em contrapartida ao resultado do exercício (receitas operacionais) (Notas Explicativas n.º 19 e 35).

9 Novas normas, revisões e interpretação

Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente:

NBC TG 15 (R3) – Combinação de Negócios: Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

NBC TG 25 (R1) – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

NBC TG 27 (R3) – Ativo Imobilizado: A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

NBC TG 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros: Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise da baixa de passivos financeiros.

A administração da Companhia avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novas normas e revisadas emitidas, mas ainda não vigentes:

IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro: Introduce as empresas seguradoras um novo modelo de mensuração para contratos de seguros.

NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros: Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

NBC TG 26 (R4) – Apresentação das demonstrações financeiras / IFRS Demonstrações Práticas: Divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las.

NBC TG 26 (R4) – Apresentação das demonstrações financeiras / IFRS Demonstrações Práticas: Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.

NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o lucro: Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.

A administração da Companhia está avaliando os impactos que tais normas possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

10 Ambiente regulatório

Reajuste Tarifário

A ANEEL, em 01 de novembro de 2022 por meio da Resolução Homologatória nº 3.132 aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Amazonas Energia, a vigorar a partir de 1º de novembro de 2022, a ser aplicado de acordo com condições estabelecidas, sendo as principais destacadas a seguir:

- i) As tarifas de aplicação da AmE, constantes da Resolução Homologatória nº 3.132, de 01 de novembro de 2022, ficam, em média, reajustadas em 4,38% (quatro vírgula trinta e oito por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos pela distribuidora.
- ii) Aprovar o valor mensal a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE à AmE, no período de competência de novembro de 2022 a outubro de 2023, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Contas bancárias à vista	21.972	106.429
Fundos de caixa	-	140
Numerário em trânsito	940	697
	22.912	107.266

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

12 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	1	3.357
Certificados de Fundos	20.422	24.697
Aplicação automática	92.534	4.155
Circulante	112.957	32.209

A Companhia realiza aplicação em fundo de investimento de renda fixa de liquidez imediata, denominado "Extra Mercado", constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado.

Em dezembro de 2022, os investimentos estão sendo investidos na modalidade de aplicação automática com os recursos disponíveis em conta corrente. As taxas são progressivas, conforme o tempo de permanência e, dessa forma, a operação é remunerada pela taxa aplicável ao prazo correspondente ao período do investimento e nenhuma das taxas incide sobre o período passado.

13 Investimentos temporários

Descrição - Não Circulante	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	145.771	130.099
Aplicação Automática	5	7
	145.776	130.106

O montante de R\$ 145.776 mil (R\$ 130.106 mil em 2021) classificado no ativo não circulante, decorre do parágrafo sexto do Contrato de Cessão de Créditos, celebrado junto ao Banco Itaú, dos recursos originados da MP 855/2018. O referido contrato prevê parcela retida em conta garantia, cuja devolução se dará ao final do término da cessão em 14/03/2024.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Consumidores

Classes	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Residencial	774.091	151.135	925.226	794.284	149.050	943.334
Industrial	92.352	25.566	117.918	112.689	24.154	136.843
Comercial	334.241	61.161	395.402	384.124	65.571	449.695
Rural	22.854	5.200	28.054	20.868	3.751	24.619
Poder público	539.881	156.568	696.449	498.201	93.750	591.951
Iluminação pública	36.100	-	36.100	56.813	-	56.813
Serviço público	146.527	3.002	149.529	124.896	9.690	134.586
Outros	48.603	-	48.603	76.715	-	76.715
	1.994.649	402.632	2.397.281	2.068.590	345.966	2.414.556
(-) PCLD	(905.795)	(150.244)	(1.056.039)	(1.013.372)	(100.143)	(1.113.515)
	1.088.854	252.388	1.341.242	1.055.218	245.823	1.301.041

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte detalhamento, por consumidores faturados e não faturados e parcelamentos abertos por classe:

Classes	2022			
	Faturados	Não Faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	498.967	64.808	361.451	925.226
Industrial	70.188	543	47.187	117.918
Comercial	214.965	18.471	161.966	395.402
Rural	13.116	2.593	12.345	28.054
Poder público	424.820	2.900	268.729	696.449
Iluminação pública	36.066	34	-	36.100
Serviço público	137.962	760	10.807	149.529
Outros	48.603	-	-	48.603
	1.444.687	90.109	862.485	2.397.281
Classes	2021			
	Faturados	Não Faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	535.376	53.721	354.237	943.334
Industrial	89.744	590	46.509	136.843
Comercial	271.439	15.684	162.572	449.695
Rural	12.287	2.505	9.827	24.619
Poder público	358.704	1.341	231.906	591.951
Iluminação pública	56.160	651	2	56.813
Serviço público	116.405	388	17.793	134.586
Outros	76.715	-	-	76.715
	1.516.830	74.880	822.846	2.414.556

Contas a receber – Consumidores, Parcelamentos e Receita não Faturada

São compostos pelas faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos dos consumidores inadimplentes. As análises sobre os contratos de parcelamentos são feitas individualmente, segmentando as classes privadas e públicas, tendo em vista as diferenças comportamentais observadas nas negociações e o valor negociado.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência e, conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e a regulamentação específica, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000, de 07/12/2021, emitida pela ANEEL.

Receita não faturada: contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo exercício. Tem como objetivo demonstrar um complemento do exercício de competência da energia consumida e ainda não medida, fato que ocorrerá no ciclo de faturamento subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes (contas a receber)

A Companhia adota o modelo de Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging-list* das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão, por classe de consumo, dada a característica de cada classe. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging-list* das faturas de energia elétrica e das parcelas.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos segregados por classe de consumo no período histórico analisado sobre a arrecadação dos últimos dois anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2022.

	2022			2021		
	Consumidores Faturados e Não Faturados	Parcelamentos	Total	Consumidores Faturados e Não Faturados	Parcelamentos	Total
Saldo Contábil Bruto	1.534.796	862.485	2.397.281	1.591.710	822.846	2.414.556
PCLD	(735.390)	(320.649)	(1.056.039)	(846.210)	(267.305)	(1.113.515)
(%)	48%	37%		53%	32%	

a. Consumidores faturados e não faturados

O demonstrativo da **perda esperada** de consumidores faturados e não faturados por classe de consumidores e *aging* encontra-se discriminado abaixo:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abertura da provisão por classe:

Classes	2022			2021		
	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão
Residencial	563.774	8	(46.459)	589.097	35	(208.582)
Industrial	70.731	54	(37.863)	90.333	41	(36.974)
Comercial	233.436	34	(80.205)	287.124	42	(119.647)
Rural	15.709	4	(697)	14.792	18	(2.655)
Poder público	427.721	98	(420.935)	360.045	98	(353.488)
Iluminação pública	36.100	75	(27.094)	56.811	40	(23.003)
Serviço público	138.721	88	(121.941)	116.792	87	(101.664)
Outros	48.604	-	(196)	76.716	-	(197)
	1.534.796		(735.390)	1.591.710		(846.210)

b. Parcelamentos

O demonstrativo da perda esperada de parcelamentos por classe de consumidores encontra-se discriminado abaixo:

Abertura da provisão por classe:

Classes	2022			2021		
	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão
Residencial	361.451	12	(44.945)	354.237	5	(17.140)
Industrial	47.187	65	(30.727)	46.509	62	(28.749)
Comercial	161.966	31	(50.425)	162.572	25	(40.366)
Rural	12.345	10	(1.221)	9.827	5	(500)
Poder público	268.729	69	(185.744)	231.906	71	(164.379)
Iluminação pública	-	-	-	2	-	-
Serviço público	10.807	70	(7.587)	17.793	91	(16.171)
	862.485		(320.649)	822.846		(267.305)

A movimentação da PCLD está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(1.113.515)	(1.021.430)
Adição	(162.924)	(161.264)
Reversão	433.546	422.913
Perdas com clientes	(213.146)	(353.734)
Saldo final	(1.056.039)	(1.113.515)

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Concessionárias e permissionárias

Descrição		2022	2021
Suprimento de energia elétrica	(a)	-	168.179
Encargos de uso da rede elétrica (Livre)	(b)	46.706	39.812
Encargos elétrica de curto prazo	(c)	31.188	-
(-) PCLD – livre		(823)	(2.697)
Circulante		77.071	205.294
Encargos de uso da rede elétrica (Livre)		1.145	1.499
Não circulante		1.145	1.499
		78.216	206.793

(a) Trata-se de valores a receber em virtude de operação de venda da energia excedente na CCEE, na modalidade Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE. A redução no valor é devido ao recebimento dos valores.

(b) Apresenta o saldo dos valores a receber referentes aos Encargos de usos da rede elétrica (Consumidores Livres – Valores a receber referente ao transporte de energia dos consumidores da classe livre, inclusive parcelados). Inclui-se na PCLD, os créditos vencidos e a vencer, caso seja identificado débitos vencidos a partir de 60 dias.

(c) Valores a receber decorrente das liquidações realizadas pela CCEE da operação no mercado de curto prazo. O prazo médio de recebimento desses valores é de 45 dias. Esses valores estão sujeitos à inadimplência do mercado.

A movimentação da PCLD está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(2.697)	(3.301)
Adição	(1.890)	(2.088)
Reversão	3.764	2.692
Saldo final	(823)	(2.697)

16 Tributos

Ativo	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IR	-	21.986	-	17.601
CSLL	-	5.805	-	5.557
PIS/PASEP	(a) 27.939	69.619	42.957	76.543
COFINS	(a) 147.277	251.244	125.361	437.939
ICMS	-	596.248	-	730.758
ICMS CCC - ISOL lei nº 12.111/09	(b) -	402.154	-	402.154
ISS/IPTU/TAXAS	90	-	56	-
Outros	1.151	-	1.152	-
	176.457	1.347.056	169.526	1.670.552

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IR s/ lucro	-	585	-	6.843
CSLL s/lucro	-	198	-	2.325
ICMS (c)	185.230	-	630.859	-
ISS/IPTU/TAXAS	3.655	-	4.205	-
Contribuição sociais	6.905	-	7.171	-
Tributos retidos na fonte	2.721	-	2.579	-
Outros	9.402	-	8.462	-
	207.913	783	653.276	9.168

- (a) O total de R\$ 496.079 mil (R\$ 682.800 mil em 2021), decorre do regime de apuração não cumulativa, envolvendo gastos com materiais aplicados e consumidos na geração distribuída de energia elétrica, créditos da compra de combustíveis e da compra de energia elétrica. Tais créditos serão compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo.
- (b) Conforme disposto no art. 3º, da Lei nº 12.111/09, os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica dos Sistemas Isolados. Com isso, os valores referentes ao ICMS, apurados como custo da geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09. Ressalta-se que, a referida Lei cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de efetivo aproveitamento via compensação dos créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito tributário aproveitado, por isso, se constitui uma obrigação no passivo não circulante de igual valor. Em 2020, com a finalização da primeira e segunda etapas da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, ainda permanece em provisão, os valores relativos ao período de julho/2017 a maio/2019 (vide nota 18.1.2). A partir de junho/2019, o Estado do Amazonas alterou a legislação do ICMS sobre a Energia Elétrica, cuja incidência se dá por substituição tributária.
- (c) Em 31/12/2022, do montante de R\$ 185.230 mil, o valor de R\$ 184.625 mil, é oriundo de parte do ICMS-ST notificado pela Sefaz/AM e ainda não pago, tendo em vista que a Companhia tem junto a Sefaz/AM diversos “pedidos de ressarcimentos”, que se encontram em fase final de análise pelo órgão, e esses créditos serão utilizados para quitar essa obrigação. A redução do montante de R\$ 630.859 mil, que se referia a provisão dos valores notificados pela Sefaz/AM, referentes ao período de 02/2020 a 12/2021, foram revertidos, tendo em vista os efeitos produzidos pela Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF nas ADIs 6144 e 6624 que desobriga a Amazonas de pagar os referidos valores.

16.1 Tributos IRPJ e CSLL Diferidos

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ e CSLL	-	88.470	-	181.797

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos tributos diferidos (ativos e passivos) sobre Diferenças Temporárias, foi a seguinte:

	Passivo	Ativo	Saldo
<u>Recebimentos da MP 855/2018 (a)</u>	1.624.422	-	-
- IRPJ (15% + 10%)	406.082	121.824	284.258
- CSLL (9%)	146.198	43.859	102.339
	552.280	165.683	386.597
Realizado no exercício 2020	129.914	38.978	90.936
Saldo em 31 de dezembro de 2020	422.366	126.705	295.661
Realizado no exercício 2021	217.697	65.309	152.388
Saldo em 31 de dezembro de 2021	204.669	61.396	143.273
Realizado no exercício 2022	147.154	61.396	85.758
Saldo em 31 de dezembro de 2022	57.515	-	57.515
	Passivo	Ativo	Saldo
<u>Sobras Físicas - Portaria MME 385/2020 (b)</u>	75.698		
- IRPJ (15% + 10%)	18.901	5.670	13.231
- CSLL (9%)	6.813	2.044	4.769
	25.714	7.714	18.000
Realizado no exercício 2021	12.890	3.867	9.023
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.824	3.847	8.977
Realizado no exercício 2022	12.036	3.847	8.189
Saldo em 31 de dezembro de 2022	788	-	788
	Passivo	Ativo	Saldo
<u>Despacho ANEEL 4069/21 – CCC PIEs (c)</u>	177.453		
- IRPJ (15% + 10%)	31.030	9.309	21.721
- CSLL (9%)	1.180	3.354	7.826
	42.210	12.663	29.547
Realizado no exercício 2021	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.210	12.663	29.547
Realizado no exercício 2022	12.043	12.663	(620)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.167	-	30.167
	Passivo	Ativo	Saldo
Tributos Diferidos 2021	259.703	77.906	181.797
Tributos Diferidos Realizados em 2022	171.233	77.906	93.327
Tributos Diferidos 2022	88.470	-	88.470

(a) Referem-se aos valores oriundos da MP 855/2018 que estão sendo recebidos em 60 parcelas, por isso a Companhia constituiu um passivo diferido dos tributos incidentes sobre esses valores. Em 2022 foi baixada a glosa no montante de R\$ 308.609 mil conforme Ofício nº 398/2021 - SFF/ANEEL, o que reduziu o número de parcelas para 50.

(b) A Companhia também registrou os tributos diferidos sobre a receita das sobras físicas oriundas da Portaria MME 385/2020, cujos valores estão sendo recebidos ao longo de 36 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2021.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Refere-se aos recursos aprovados no Despacho ANEEL 4069/2022, cujos valores serão recebidos ao longo de 24 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2022.

16.2 Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL

A Companhia, em decorrência de prejuízos fiscais acumulados, possui na data base de 2021 (conforme sua ECF – Escrituração Contábil Fiscal do exercício de 2021) o montante de R\$ 13.016.947 mil de prejuízo fiscal de IRPJ e o montante de R\$ 13.035.833 mil de base negativa de CSLL, o que representa um crédito de R\$ 3.125.767 mil (sendo de IRPJ = R\$ 1.952.542 mil e de CSLL = R\$ 1.173.225 mil), o qual somente poderá ser aproveitado em apurações futuras de IRPJ e CSLL em caso de resultados contábeis positivos.

No momento, a Companhia ainda não atende aos critérios do Pronunciamento Técnico - CPC 32, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e por isso não constituiu o crédito fiscal diferido em sua contabilidade, em virtude de nos três últimos exercícios não ter apurado lucro, bem como não haver garantia de sua integral recuperação futura, face as suas projeções contábeis e fiscais para os próximos 05 (cinco) anos a contar do exercício social 2023.

É certo que de acordo com as regras fiscais atuais, não há previsão legal para que esses créditos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, sejam corrigidos e remunerados, o que, ao longo dos anos produz uma perda financeira significativa, principalmente nos patamares em que se encontra a SELIC atualmente, o que motiva a Companhia a aproveitar possíveis oportunidades de negociação desses créditos com terceiros, quando autorizado por lei.

Contudo e neste sentido, destaca-se que recentemente, foi publicada a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que instituiu o “**Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal-PRLF**”.

Essa Portaria, no capítulo III- Art.14 cita que a Utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL de titularidade do responsável tributário, ou corresponsável pelo débito, de pessoa jurídica controladora ou controlada, de forma direta ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente, por uma mesma pessoa jurídica é admissível desde que o vínculo jurídico em questão tenha se consolidado até 31 de dezembro de 2021 e mantenham nesta condição até a data de adesão ao PLRF.

17 Almoxarifado operacional

Descrição	2022	2021
Matéria-prima e Insumos	14.524	9.240
Material	27.494	20.765
	42.018	30.005

18 Direito de ressarcimento e obrigação de ressarcimento

A Companhia detém direitos e obrigações com a CCC, conforme apuração dos valores demonstrados no quadro a seguir:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição - Direito de ressarcimento	Nota	2022	2021
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	18.1.1	866.949	935.866
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE - Sobrecontratação	18.1.3	192.626	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.1.4	300.977	296.981
Circulante		1.360.552	1.232.847
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	18.1.3	-	571.880
* Conta de Consumo de Combustíveis – CDE	18.1.4	23.000	299.004
Não Circulante		23.000	870.884
Descrição - Obrigação de ressarcimento			
ICMS CCC – Não Circulante	18.1.2	402.154	402.154

* Trata-se dos valores oriundos da MP 855/2018 que estão sendo recebidos em 50 parcelas (Vide Notas Explicativas n°. 18.1.1, letra “f” e “G”, 19 e 27).

18.1 Movimentação da conta de consumo de combustível (CCC)

18.1.1 Movimentação da conta do Ativo

Ativo		2022	2021
Saldo anterior		1.507.746	1.575.556
Custo com combustíveis	(a)	853.570	606.964
Compra de energia elétrica	(a)	5.954.981	4.870.284
Custo de geração própria	(a)	181.285	151.395
(-) Custo do ACR	(b)	(1.577.578)	(1.399.991)
(-) Valor recebido da CCC – ISOL	(c)	(5.433.037)	(4.102.464)
Ajustes e Reprocessamentos de 2021	(d)	164.917	-
Despacho ANEEL 4069/21	(e)	-	188.219
(-) Recebimentos Despacho ANEEL 4069/21	(e)	(94.109)	-
Glosa MP 855/18	(f)	(308.609)	-
(-) Valor recebido MP 855/18	(g)	(382.217)	(382.217)
		866.949	1.507.746

No Custo Total de Geração – CTG são considerados os contratos de compra de energia que tem base legal para reembolso, bem como os custos de geração própria.

- (a) Custos reembolsáveis: O aumento dos custos reembolsáveis está atrelado ao fato da entrada em operação comercial de vários Produtores Independentes de Energia – PIES ao longo de 2022, o que embora reflita na redução da rubrica de custo de geração própria (redução com o custo de aluguel de grupos geradores), aumenta o ressarcimento com o custo de compra de energia em função dos reembolsos dos Contratos de Compra de Energia no Sistema Isolado – CCESI, oriundo dos PIES.
- (b) Custo do ACR-Ambiente de Contratação Regulada: O reembolso CCC reembolsa a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme Despacho Aneel 3.104/2021, o valor do custo médio da energia e potência comercializada pelos agentes de distribuição no Ambiente de Contratação Regulada – ACR médio para o ano civil de 2022 é R\$ 274,01/MWh (em 2021, o valor era de R\$ 253,50/MWh). Refere-se ao custo assumido pela Companhia.

- (c) Os valores recebidos (CCC) seguem a metodologia de apuração regulamentada pela ANEEL na REN nº 1.016/2022 e são processados pela CCEE através de informações disponibilizadas pela Distribuidora e de dados de medição coletados a partir do Sistema de Coleta de Dados - SCD.
- (d) Reprocessamentos e ajustes do exercício 2021: ao longo do exercício de 2022 ocorreram diversos reprocessamentos referentes ao exercício 2021.
- (e) Os valores foram homologados pela ANEEL através do Despacho 4.069/2021 e seus recebimentos seguem a metodologia aprovada no referido despacho, a saber:
- Será reembolsado à Amazonas Energia, em 24 parcelas iguais todo dia 15 de cada mês, a partir de janeiro/2022;
 - No âmbito da execução orçamentária da CDE durante os exercícios de 2022 e 2023, com a atualização pelo IPCA;
 - Para o referido reembolso a empresa precisa estar adimplente com as obrigações setoriais, bem como com suas obrigações fiscais, devendo apresentar mensalmente à CCEE, até 5 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para cada reembolso.
- f) Glosa MP 855/18: Da fiscalização dos valores contidos no montante de R\$ 1.911.084 mil, no Termo de Compromisso firmado entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a Amazonas Energia S.A, para repasses de recursos da conta de Reserva Global de Reversão – RGR, nos termos da Medida Provisória nº 855, de 2018, referentes às glosas de eficiências econômicas e energéticas não reembolsadas pela CCC, nas competências de julho/2017 a março/2019, ocorreu a glosa do montante de R\$ 308.609 mil, ajustando o valor do Termo de Compromisso para o montante de R\$ 1.602.475 mil. Tal montante de glosa será aplicado nas últimas dez parcelas, relativas ao período de jun/2023 a mar/2024.
- g) Trata-se dos valores oriundos da MP 855/18, em que a Companhia tem reconhecido em seu balanço tanto o direito a receber (direito de ressarcimento) quanto o passivo (empréstimos, financiamentos e debêntures) oriundo do Contrato de cessão de Créditos e Garantias junto ao banco Itaú.

18.1.2 Movimentação da conta do Passivo

Passivo	2022	2021
Reembolso de ICMS CCC - ISOL - Lei 12.111/09	402.154	402.154

O art. 3º, da Lei nº 12.111/09, dispõe que os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica dos Sistemas Isolados. Os valores referentes ao ICMS ressarcido pela CCC (jul./17 a mai/19), apurados no regime não-cumulativo, como custo de geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 no ativo não circulante.

Ao mesmo tempo, a referida Lei cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de o beneficiário da conta CCC consiga realizar o aproveitamento tributário, via compensação dos créditos,

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito fiscal aproveitado, por isso, se constitui uma obrigação no passivo não circulante de igual valor.

Essa sistemática está regulamentada pela ANEEL, na REN nº 1.016/22.

Em 2020, com a finalização da primeira e segunda etapas da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, ainda permanece em provisão, os valores relativos ao período de julho de 2017 a maio de 2019.

A partir de junho/2019, com a alteração da metodologia de apuração do ICMS cuja incidência se dá por substituição tributária não foram mais constituídos créditos fiscais e nem passivos a reembolsar.

18.1.3 Sobrecontratação

De acordo com a Portaria Normativa nº 38/GM/MME, de 23 de março de 2022, em seu art. 1º, deverá ser realizado mensalmente a apuração do efeito financeiro negativo ou positivo da sobrecontratação, observando que:

- i) o efeito financeiro negativo, será considerado como componente do custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo a característica de ressarcimento à distribuidora pelo custo incorrido; e
- ii) o efeito financeiro positivo, deverá ser repassado à CCC;

Para fins de apuração dos efeitos financeiros são considerados os seguintes parâmetros:

- i) o preço médio de aquisição de energia no Sistema Interligado Nacional – SIN pela Companhia;
- ii) o montante de energia liquidado mensalmente pela Companhia no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e
- iii) o valor médio mensal do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.

Os valores apurados no período perfazem o montante de R\$ 887.579 mil, e os valores recebidos até 31/12/2022, totalizam R\$ 694.953 mil.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1.4 Conta CDE

Compõem os valores da conta CDE:

Ativo		2022		2021	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
AIC - Indenização (Sobras Físicas)	(a)	28.484	20.627	28.483	30.857
AIC – Indenização	(a)	247.520	2.373	247.520	268.147
Subsídios	(b)	24.973	-	20.978	-
		300.977	23.000	296.981	299.004

a) Em 23 de outubro de 2020, por meio da Portaria 385/MME, o Ministério de Minas e Energia definiu os valores de pagamento às Concessionárias Amazonas Energia e Roraima Energia, com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, referentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica:

(i) Classificados como sobras físicas, na valoração completa das bases de remuneração regulatórias decorrentes da licitação para desestatização de que trata o art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no montante de R\$ 75.699 mil. No registro contábil também foram reconhecidos os tributos (PIS/COFINS) inerentes à operação, no montante de R\$ 7.716 mil e uma atualização no montante de R\$ 2.034 mil. O registro do ativo a receber foi efetuado em contrapartida ao resultado, em ganhos pelo valor de indenização.

(ii) Contabilizados como Ativo Imobilizado em Curso - AIC, utilizados como referência para o processo de licitação da Companhia, no montante de R\$ 723.129 mil e uma atualização no montante de R\$ 19.432 mil.

b) Trata-se dos valores oriundos da Diferença Mensal de Receita (subsídio Baixa Renda) e dos Subsídios para custear descontos tarifários (REH 2967/2021).

19 Ativos financeiros setoriais e Passivos financeiros setoriais

A conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A - CVA compensa os efeitos financeiros que ocorrem entre as datas de reajustes/revisões da Parcela A, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Fazenda.

Essa variação da CVA, da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se tanto aos valores já homologados pela ANEEL, quando do reajuste tarifário concluído em novembro de 2022, quanto os montantes registrados como estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (novembro de 2023).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos desses ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são conforme segue:

Parcela A – CVA	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Descrição - Circulante				
Energia elétrica	91.610	516.220	-	196.270
(-) CVA Diferida - Conta Covid	-	6.505	-	68.257
CVA - Conta Covid	2.402	-	-	-
Programa – PROINFA	21.646	3.759	4.080	49
Rede básica	56.006	789	34.871	4.095
Encargos de Energia de Reserva – EER (a)	48.795	-	290.970	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	27.082	-	64.002
CDE energia	49.481	7.088	1.811	2.701
Neutralidade da Parcela A	-	1.336	-	-
Outros Itens Financeiros				
Custo parcela A	-	-	-	5.010
Garantias financiadas na contratação regulada de EE (CCEAR)	2.706	-	2.952	-
Receitas Irrecuperáveis	-	-	19.669	-
Sobrecontratação de energia	-	-	-	4.129
Ultrapassagem de demanda	-	15.404	-	10.848
Excedente reativo	-	16.670	-	10.353
	272.646	594.853	354.353	365.714

a) Redução em função de recebimento de valores por meio da Conta Bandeiras.

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber e devolver de parcela A e outros itens financeiros apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

Segue a apresentação dos valores homologados pela ANEEL:

Descrição	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL no próximo reajuste tarifário	Total
Ativo			
Parcela A - CVA (a)			
Encargos de Energia de Reserva – EER	7.091	41.704	48.795
Rede Básica	39.680	16.326	56.006
CDE Energia	59.377	(9.896)	49.481
PROINFA	25.974	(4.328)	21.646
Conta Covid	2.882	(480)	2.402
Energia Elétrica	108.312	(16.702)	91.610
Outros Itens Financeiros (b)			
Garantias Financeiras na Contratação Regulada de EE (CCEAR)	3.249	(543)	2.706
Total do Ativo	246.565	26.081	272.646

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo**Parcela A - CVA (a)**

Encargos de Serviços do Sistema – ESS	(32.496)	5.414	(27.082)
PROINFA	(4.509)	750	(3.759)
Rede Básica	(950)	161	(789)
CDE Energia	(8.505)	1.417	(7.088)
Conta Covid	(7.806)	1.301	(6.505)
Energia Elétrica	(530.009)	13.789	(516.220)

Outros Itens Financeiros (b)

Ultrapassagem de Demanda	(9.543)	(5.861)	(15.404)
Excedente de Reativo	(11.644)	(5.026)	(16.670)
Neutralidade da Parcela A	(1.603)	267	(1.336)
	(607.065)	12.212	(594.853)

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber e devolver de parcela A e outros itens financeiros apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

Ativo circulante	2021	Adições	Amortização	Atualização	Transf.	2022
Energia Elétrica	-	92.411	(262.231)	4.451	256.979	91.610
CVA - Conta Covid	-	2.882	(480)	-	-	2.402
Programa - PROINFA	4.080	25.975	(7.821)	(588)	-	21.646
Rede Básica	34.871	54.476	(46.350)	13.009	-	56.006
Encargos de Energia de Reserva - EER	290.970	(196.593)	(100.626)	55.044	-	48.795
CDE Energia	1.811	59.377	(10.576)	(1.131)	-	49.481
Outros Itens Financeiros						
Garantias Financ. na Contrat. Regulada de EE (CCEAR)	2.952	3.249	(3.495)	-	-	2.706
Receitas Irrecuperáveis	19.669	-	(19.669)	-	-	-
	354.353	41.777	(451.248)	70.785	256.979	272.646
Passivo circulante	2021	Adições	Amortização	Atualização	Transf.	2022
Energia Elétrica	196.270	307.236	(273.685)	27.217	259.182	516.220
CVA Diferida - Conta Covid	68.257	7.806	(67.562)	(1.996)	-	6.505
Programa - PROINFA	49	4.509	(799)	-	-	3.759
Rede Básica	4.095	902	(577)	(3.631)	-	789
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	64.002	61.046	(69.416)	(28.550)	-	27.082
CDE Energia	2.701	8.505	(4.014)	(104)	-	7.088
CVA - Neutralidade da Parcela A		1.603	(267)	-	-	1.336
Outros Itens Financeiros						
Custo parcela A	5.010	-	(4.677)	(333)	-	(0)
Sobrecontratação de Energia	4.129	-	-	-	(4.129)	(0)
	344.513	391.607	(420.997)	(7.397)	255.053	562.779
Demais passivos setoriais						
Ultrapassagem de demanda	10.848	13.622	(9.066)	-	-	15.404
Excedente reativo	10.353	15.167	(8.850)	-	-	16.670
	21.201	28.789	(17.916)	-	-	32.074
Total	365.714	420.396	(438.913)	(7.397)	255.053	594.853

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Encargos Setoriais a Compensar e Pagar

A SFF/ANEEL realizou fiscalização da movimentação financeira dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética – EE, da Amazonas Energia S.A., do período de 01 de janeiro de 2013 a 30 de agosto de 2020, cuja conclusão e recomendações constou das Notas Técnicas nº 105/2022-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2022 e nº 218/2022-SFF/ANEEL, de 25 de novembro de 2022.

Por consequência, por meio do Despacho nº 3.418, de 28 de novembro de 2022, no âmbito de processo fiscalizatório relativo ao recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos valores referentes aos saldos dos passivos de recursos PEE e P&D não comprometidos com programas contratados ou iniciados, determinou, entre outros: a cobrança adicional, dos valores fixados para a Amazonas Energia no montante adicional de R\$ 9.286.708,82, (nove milhões e duzentos e oitenta e seis mil e setecentos e oito reais e oitenta e dois centavos), na posição de agosto/2020, relativo à diferença apurada pela fiscalização do saldo “passivo” não comprometido do P&D, e o montante de R\$ 13.737.453,65 (treze milhões e setecentos e trinta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos), relativo à diferença apurada pela fiscalização do saldo “passivo” não comprometido do PEE.

A Amazonas Energia interpôs recurso com pedido de efeito suspensivo, questionando o prazo para pagamento e no qual solicitava que o montante fosse parcelado. A Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho nº 3.719, de 29 de dezembro de 2022, no mérito, decidiu que a CCEE suspendesse a cobrança adicional dos valores até o julgamento definitivo do Recurso Administrativo interposto, que está pendente de julgamento.

Contudo, mesmo após o encerramento de todo o processo de fiscalização, foi desenvolvido pela Distribuidora um trabalho de revisão dos números apurados pela fiscalização da SFF, bem como dos números fornecidos pela AmE, tendo sido identificado equívocos na apuração da Receita Operacional Líquida (ROL), de todo o período fiscalizado.

Ocorre que ocorreu equívoco ao não desconsiderar a Receita Regulatória constituída em contrapartida da Conta de Variação da Parcela A, decorrente da sobrecontratação, ou seja, a AMAZONAS ENERGIA vinha constituindo contabilmente o valor da sobrecontratação como se fosse uma Receita Regulatória.

Assim, a Companhia reapurou as bases de cálculo da ROL Regulatória, retirando, portanto, os valores registrados a título de sobrecontratação.

Essa prática de considerar os valores da sobrecontratação como receita ainda ocorreu durante todo o exercício de 2022. Somente ao final do exercício é que foi reanalisada a situação e verificado o equívoco, culminando com o fim da fiscalização da movimentação financeira dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética – EE

Portanto, após a reapuração dos valores verificou-se pagamento a maior, reflexo de uma base de cálculo majorada pelos valores de sobrecontratação.

A Companhia entrou com pedido junto ao órgão regulador solicitando a revisão dos números e no momento aguarda o desfecho da situação pelo órgão regulador.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta os valores e saldos reapurados e que estão expressos nessa Demonstração Financeira:

	Saldo em Ago./2020	Set/2020 a Dez/2022	Atualização	Total	Valor Pago	Valor a Compensar	Valor a Recolher
ROL FINAL (SEM SOBRECONTRATAÇÃO)		11.161.874					
(=) Valor a Aplicar em P&D e PEE		111.619					
PEE - Programa de Eficiência Energética							
Energética							
PEE - Prog de Eficiência Energética - Saldo ago./2020	10.512		1.903	12.415	-	-	12.415
PEE - Prog de Eficiência Energética - Set/2020 a Dez/2022	-	30.770	3.431	34.201	-	-	34.201
CDE - Conta de Desenv Energético - Set/2020 a Dez/2022	-	13.394	-	13.394	15.496	(2.102)	-
P&D - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento							
P&D - Prog de Eficiência Energética - Saldo Ago./2020	7.674	-	1.389	9.063	-	-	9.063
P&D - Prog de Eficiência Energética - Set/2020 a Dez/2022	-	15.326	1.705	17.031	-	-	17.031
CDE - Conta de Desenv Energético - Set/2020 a Dez/2022	-	6.697	-	6.697	7.747	(1.050)	-
MME - Ministério de Minas e Energia	974	11.162	234	12.370	14.762	(2.392)	-
FNDCT - Fundo Nac. de Desenv Científico e Tecnológico	1.145	22.324	230	23.699	28.398	(4.699)	-
PROCEL - Programa Nac. de Conserv de Energia Elétrica	10.728	11.162	2.565	24.455	16.079	-	8.376
						(10.243)	81.086

Encargos Setoriais a Compensar

	2022
PEE - CDE - Conta de Desenv Energético - Set/2020 a Dez/2022	2.102
P&D - CDE - Conta de Desenv Energético - Set/2020 a Dez/2022	1.050
MME - Ministério de Minas e Energia	2.392
FNDCT - Fundo Nac. de Desenv Científico e Tecnológico	4.699
	10.243

Encargos Setoriais a Recolher	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
PEE – Saldo AGO/2020	-	12.415	-	11.251
PEE – SET/2020 em diante	-	34.202	15.399	-
PEE – CDE - SET/2020 em diante	-	-	1.259	-
P&D – Saldo AGO/2020	-	9.063	-	4.731
P&D – SET/2020 em diante	-	17.030	7.262	-
P&D – CDE - SET/2020 em diante	-	-	629	-
MME	-	-	1.469	-
FNDCT	-	-	9.124	-
PROCEL	8.376	-	-	8.577
Demais Encargos Setoriais	-	-	(1.745)	-
Totais	8.376	72.710	33.397	24.559

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Outros ativos

	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empregados	2.291	-	2.263	-
Serviços prestados a terceiros (a)	7.548	-	8.955	-
Outros devedores	1.017	19.717	1.116	-
Administradora Stone (b)	32.834	91	28.508	-
Ativos de oper. descontinuada/bens desativados	-	96.626	-	96.626
Impairment s/ativos de oper. descontinuada (c)	-	(96.626)	-	(96.626)
Serviços em curso (d)	39.313	-	17.969	-
Despesas pagas antecipadamente	5.686	2.652	7351	-
	88.689	22.460	66.162	-

- (a) Refere-se aos créditos relativos ao compartilhamento de infraestrutura;
- (b) Refere-se aos valores de saldo a receber junto a administradora do Cartão de Crédito (recebimentos de faturas de energia com cartão de crédito);
- (c) Trata-se dos ativos relacionados às usinas de geração de energia elétrica situadas em localidades onde os Produtores de Energia Elétrica – PIES já entraram em operação comercial.
- (d) Refere-se a valores de serviços prestados em campo, próprios ou para terceiros, que ainda dependem do encerramento do projeto para ser transferido para a despesa e/ou cobrança.

22 Ativo contratual e ativo financeiro

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela norma NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ITG 01 (R1) - Contratos da Concessão, foram classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Movimentação do ativo contratual

Descrição	2021	Adição	Transferências	2022
Bens em construção	-	2.815	(2.809)	6
Obrigações especiais	(119)	57	(54.974)	(55.036)
Na Geração	(119)	2.872	(57.783)	(55.030)
Bens em construção	926.840	790.506	(161.673)	1.555.673
Obrigações especiais	(465.204)	(407.651)	170.273	(702.582)
Na Distribuição	461.636	382.855	8.600	853.091
	461.517	385.727	(49.183)	798.061

Descrição	2020	Adição	Transferências	2021
Bens em construção	3.252	150	(3.402)	-
Obrigações especiais	(38.753)	38.634	-	(119)
Na Geração	(35.501)	38.784	(3.402)	(119)
Bens em construção	480.344	469.547	(23.051)	926.840
Obrigações especiais	(384.396)	(119.372)	38.564	(465.204)
Na Distribuição	95.948	350.175	15.513	461.636
	60.447	388.959	12.111	461.517

Quanto às adições de bens em construção, destaca-se que no decorrer do exercício 2022, a companhia realizou operação de aquisição de transformadores com a Parte Relacionada Itam – Indústria de Transformadores, no montante R\$ 35.683 mil. Ressaltando que as transações são realizadas a preços e condição definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas.

b. Movimentação do ativo financeiro

Descrição	2021	Avaliação a valor justo	Transferências	Baixa	2022
Em serviço					
Imobilizado	209.913	56.529	4.561	(70)	270.933
Obrigações especiais	-	-	(2.410)	-	(2.410)
	209.913	56.529	2.151	(70)	268.523

Descrição	2020	Adição	Transferências	VNR	2021
Em serviço					
Imobilizado	126.407	3.433	-	80.073	209.913
	126.407	3.433	-	80.073	209.913

A prestação do serviço ocorre nos termos e condição estabelecidos na Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

Com base nas características estabelecidas no termo e condição para a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condição para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica CTG 05 - Contratos de Concessão, a

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

qual fornece orientação sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração e distribuição elétrica.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo Ativo Imobilizado da Companhia é recuperada através de duas formas, a saber:

Consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão;

Indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar ou licitar.

23 Intangível

Descrição	2022	2021
Intangível –concessão	1.928.489	1.854.747
Outros	61.285	56.792
	1.989.774	1.911.539

Com a adoção da ITG 01 (R1), o valor de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Intangíveis das Concessões - ITG 01 (R1).

Este grupo é formado pelo intangível vinculado à concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos, que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que corresponde à rubrica “Outros”), conforme demonstrado no quadro acima.

Movimentação do ativo intangível

COMPOSIÇÃO	31.12.2021	Adições	Baixas	Transf.	31.12.2022
Ativo Intangível	-	-	-	86.677	86.677
Amortização acumulada	-	(1.634)	-	(142)	(1.776)
Obrigações especiais (OE)	-	-	-	(2.518)	(2.518)
Amortização das OE	-	62	-	-	62
Vinculado Concessão - Geração	-	(1.572)	-	84.017	82.445
Ativo Intangível	3.663.224	-	(2.246)	73.148	3.734.126
Amortização acumulada	(1.215.084)	(123.736)	1.144	(2.135)	(1.339.811)
Obrigações especiais	(1.805.519)	-	-	(110.372)	(1.915.891)
Amortização das OE	287.115	56.690	-	-	343.805
VNR	925.011	98.804	-	-	1.023.815
Vinculado Concessão - Distribuição	1.854.747	31.758	(1.102)	(39.359)	1.846.044
Em serviço	82.369	-	-	31.949	114.318
Amortização acumulada	(76.812)	(4.973)	-	-	(81.785)
Em curso	51.235	9.466	-	(31.949)	28.752
Não Vinculado à Concessão (Outros)	56.792	4.493	-	-	61.285
TOTAL	1.911.539	34.679	(1.102)	44.658	1.989.774

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2020	Adição	Baixas	Transf.	2021
Ativo intangível	193.767	3.375	(113.533)	(83.609)	-
Amortização acumulada	(77.761)	(2.586)	38.751	41.596	-
Obrigações especiais (OE)	(11.637)	-	-	11.637	-
Amortização das OE	4.710	184	-	(4.894)	-
VNR	(17.368)	-	-	17.368	-
Vinculado concessão- geração	91.711	973	(74.782)	(17.902)	-
Ativo Intangível	3.528.039	(3.246)	-	138.431	3.663.224
Amortização acumulada	(1.058.409)	(115.080)	-	(41.595)	(1.215.084)
Obrigações especiais	(1.746.393)	(8.925)	-	(50.201)	(1.805.519)
Amortização das OE	227.910	54.310	-	4.895	287.115
VNR	755.126	187.253	-	(17.368)	925.011
Vinculado concessão – distrib.	1.706.273	114.312	-	34.162	1.854.747
Em serviço	98.211	-	(16.286)	444	82.369
Amortização acumulada	(74.227)	(2.585)	-	-	(76.812)
Em curso	20.243	23.065	-	7.927	51.235
Não vinc à concessão (outros)	44.227	20.480	(16.286)	8.371	56.792
Total	1.842.211	135.765	(91.068)	24.631	1.911.539

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração e distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração e distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao novo prazo de concessão (vide Nota Explicativa nº 2.1).

Para o cálculo da amortização dos bens que compõem a infraestrutura é utilizada a taxa média regulatória tendo sido utilizada no exercício 4,70% para a Geração e 3,94% para a distribuição (4,70% para a Geração e 3,94% para a distribuição em 2020).

24 Imobilizado

Os valores registrados neste grupo compreendem os bens de uso administrativo e os ativos. Seguem as rubricas que compõem esse grupo:

A movimentação do grupo de contas está demonstrada a seguir:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2021	Adição	Transf.	Baixas	2022
Geração					
Em serviço	2.448	-	9	-	2.457
Depreciação acumulada	(1.766)	(351)	142	-	(1.975)
Em curso	4	5	(9)	-	-
	686	(346)	142	-	482
Administração/Distribuição					
Em serviço	163.420	-	8.544	-	171.964
Depreciação acumulada	(122.673)	(10.919)	2.135	-	(131.457)
Em curso	59.195	46.034	(8.446)	-	96.783
OE - vinculadas à concessão	(38.656)	-	-	-	(38.656)
	61.286	35.115	2.233	-	98.634
	61.972	34.769	2.375	-	99.116

Descrição	2020	Adição	Transf.	Baixas	2021
Geração					
Em serviço	2.448	-	835	(835)	2.448
Depreciação acumulada	(1.407)	(426)	-	67	(1.766)
Em curso	17.153	4	(17.153)	-	4
	18.194	(422)	(16.318)	(768)	686
Administração/Distribuição					
Em serviço	140.744	17.119	5.557	-	163.420
Depreciação acumulada	(112.343)	(10.904)	-	574	(122.673)
Em curso	39.121	46.055	(25.981)	-	59.195
OE - vinculadas à concessão	(22)	(38.634)	-	-	(38.656)
	67.500	13.636	(20.424)	574	61.286
	85.694	13.214	(36.742)	(194)	61.972

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

Quadro de transferências - Ativo financeiro, contratual, intangível e imobilizado

As transferências são realizadas entre os grupos de Ativo financeiro, Intangível e Imobilizado, não somente dentro do próprio grupo. Dessa forma, as transferências devem ser visualizadas no conjunto dos grupos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2022	2021
Ativo financeiro	2.151	-
Ativo contratual	(49.183)	12.111
Intangível	44.657	24.631
Imobilizado	2.375	(36.742)
	-	-

25 Análise do valor de recuperação de ativos não financeiros

Para o exercício de 2022, com base nas premissas adotadas e nos cálculos, apurou-se um excesso do valor uso comparado ao valor contábil do ativo intangível, não havendo necessidade de provisão por *Impairment* do Contrato de Concessão nº 01/2019.

As premissas do fluxo de caixa estão alinhadas com a norma contábil NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade realizadas e projetadas foram:

- Fluxo de caixa real (sem inflação).
- Data-base do teste: 31 de dezembro de 2022.
- Dados de 31 de dezembro de 2022.
- Período da análise: de 1º de janeiro de 2023 até 30 de abril de 2030.
- Taxa de desconto: WACC 7,02% a.a. em termos reais, conforme definido pela ANEEL para as empresas distribuidoras.
- Considerado Capital de giro e sua variação no fluxo de caixa.
- Investimentos previstos no “Plano de Resultados ANEEL”
- Premissa de mercado conforme “Plano de Resultados ANEEL”.
- Tarifa: utilizada a última tarifa homologada pela ANEEL e novas projeções para a revisão tarifária ordinária (em 2023 e 2028) e os reajustes periódicos (2024 a 2030);
- Impostos e deduções da receita: utilizada as mesmas alíquotas efetivas ocorridas em 2022;
- Encargos setoriais: utilizadas as informações do reajuste homologado em 2022 e projeções de 2023 a 2030;
- Encargos de Uso do Sistema: utilizada as informações do reajuste homologado em 2022;
- Perdas: utilizado o cenário considerado no “Plano de Resultados ANEEL” (plano de combate às perdas), o qual prevê uma queda substancial nas perdas atingindo os níveis regulatórios em 2025;
- Compra de energia:
 - ✓ Preço: utilizada a tarifa média de compra de energia dos contratos;
 - ✓ Quantidade: utilizar a energia efetivamente contratada e comparar com a energia necessária (mercado + perdas), se tiver sobrecontratado vender o excedente nos mecanismos de venda MCSD, MVE e MCP; se tiver subcontratado comprar no MCP.
- PLD: previsão de 1 ano para o submercado Norte informado pela CCEE;
- PMSO: utilizado os valores previstos no “Plano de Resultados ANEEL”;
- Provisões: dados realizados até 31/12/2022 e novas projeções com base no “Plano de Resultados ANEEL”.

26 Fornecedores

Descrição - Circulante		2022	2021
Encargos do Uso da Rede Elétrica		6.488	16.434
Fornecedores de energia	(a)	1.259.020	955.961
Materiais e Serviços		193.868	184.714
Parcelamentos	(b)	53.476	32.662
Outros	(c)	27.165	285
		1.540.017	1.190.056

Descrição – Não Circulante

Parcelamentos		23.993	-
---------------	--	---------------	---

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações com fornecedores decorrem da compra de energia elétrica para revenda, compra de combustíveis e pelo fornecimento de materiais e serviços.

- a) Esta rubrica representa os contratos de Compra e Venda de Energia para a Companhia, destacando principalmente o fornecimento da AmGT no montante de R\$ 1.091.817 mil (desse montante o valor de R\$ 213.390 mil são encargos financeiros).
- b) Refere-se ao saldo de parcelamento dos acordos que foram firmados em face dos PIES terem logrado êxito em ação judiciais em desfavor da Companhia, que por indisponibilidade de liquidez, motivou uma negociação nos autos dos processos para realizar o pagamento parcelado.
- c) Variação em decorrência de reclassificação de valores entre contas (da conta Materiais e Serviços para a Conta Outros).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos	Encargos (%)	2022		2021	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
RGR	7%	377	0	154.773	341.284
RGR	7%+CRC ¹	941	1.019	1.189	1.959
RO	CDI+3%	1.191.352	3.466.747	169.670	3.415.829
Parcelamento – AIC	CDI	147.639	123.032	146.782	269.101
Financiamento Bradesco	0,79% a.m.	-	-	658	-
Parcelamento Eletonorte	CDI+2,75%	1.157.929	860.743	413.549	1.286.400
Parcelamento Breitener	SELIC+124,75%	91.700	229.128	100.593	320.780
Financiamento Itaú (a)	SELIC	382.217	95.555	535.486	669.357
Machado Meyer	IPCA-E+0,5% a.m.	26.605	15.520	26.605	42.125
Acordos parcelados	SELIC+124,75%	2.000	-	-	-
		3.000.760	4.791.744	1.549.305	6.346.835
			7.792.504		7.896.140

(1) Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculado sobre o saldo não desembolsado do crédito.

(a) Financiamento Itaú: Trata-se de dívida vinculada ao ativo da MP 855/2018 (vide Nota Explicativa 18).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos empréstimos tem seus vencimentos assim programados

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2022	3.000.760	1.549.305
2023	1.014.871	1.464.243
2024	708.196	949.697
2025	585.875	632.603
2026	447.966	632.603
Após 2026	2.034.836	2.667.689
	<u>7.792.504</u>	<u>7.896.140</u>

27.1 Movimentação dos empréstimos nos exercícios

	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do exercício	472.414	4.028.173	42.981	4.777.758
Transf. entre circulante e não circulante	439.945	(439.945)	311.633	(311.633)
Constituição	-	-	146.782	293.565
Encargos financeiros provisionados	638.745	-	252.079	-
Encargos financeiros pagos	(42.399)	-	(180.660)	-
Pagamentos de principal	(152.447)	-	(30.652)	-
Imposto de renda	(10.513)	-	(47.868)	-
Imposto de renda (compensação)	(5.435)	-	(21.881)	(5.436)
IOF + Atualização monetária	-	2.570	-	1.466
Ajuste a valor justo - AVJ	-	-	-	(727.547)
Saldo - Eletrobras	1.340.310	3.590.798	472.414	4.028.173
Saldo no início do exercício	658	-	1.269	424
Transf. entre circulante e não circulante	-	-	424	(424)
Encargos financeiros provisionados	44	-	135	-
Pagamentos	(702)	-	(1.170)	-
Saldo – Bradesco	-	-	658	-
Saldo no início do exercício	413.548	1.286.400	-	-
Transf. entre circulante e não circulante	492.369	(492.369)	390.053	(390.053)
Constituição	-	-	499.187	1.576.307
Atualização Monetária	-	66.712	-	100.146
Encargos financeiros provisionados	255.353	-	61.844	-
Encargos financeiros pagos	(246)	-	(61.167)	-
Pagamentos de principal	(3.096)	-	(476.369)	-
Saldo - Eletronorte	1.157.928	860.743	413.548	1.286.400

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(continuação)	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	535.486	669.357	382.217	859.988
Transf. entre não circulante e circulante	228.948	(228.948)	382.217	(382.217)
Transf. de saldo		(344.854)		
Constituição	-	-	153.269	191.586
Atualização monetária	-	-	-	-
Pagamentos	(382.217)	-	(382.217)	-
Saldo - ITAÚ	382.217	95.555	535.486	669.357
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Transf. entre circulante e não circulante	45.826	(45.826)	-	-
Transferências de saldo (entre contas)	91.700	274.954	-	-
Pagamentos de principal	(45.826)	-	-	-
Saldo - Breitner	91.700	229.128	-	-
Saldo no início do exercício	26.605	42.125	-	-
Transf. entre circulante e não circulante	26.605	(26.605)	2.217	(2.217)
Constituição	-	-	26.605	44.342
Pagamentos de principal	(26.605)	-	(2.217)	-
Saldo - Machado Meyer	26.605	15.520	26.605	42.125
Saldo no início do exercício	100.593	320.780	-	-
Transf. entre circulante e não circulante	45.826	(45.826)	7.637	(7.637)
Transferências de saldo (entre contas)	(91.700)	(274.954)	-	-
Constituição	16.060	-	-	-
Pagamentos de principal	(68.779)	-	92.957	328.417
Saldo - Acordos Parcelados	2.000	-	100.594	320.780
Saldo no final do exercício	3.000.760	4.791.744	1.549.305	6.346.835

27.2 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Companhia vincula a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, a satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura de alguns contratos. Durante o prazo de vigência dos mesmos e/ou até que os saldos devedores decorrentes destes instrumentos estejam totalmente quitados, a garantia pactuada poderá ser, a critério, objeto de revisão, complementação ou substituição, com o que a Companhia se compromete a atender a notificação da Eletrobras, sob pena de vencimento antecipado da totalidade da dívida. Ademais, nos contratos ECR-0284/2014, ECR-0289/2014 e ECF-3378/2019 há cláusula de vencimento antecipado em caso de falta de pagamento de quaisquer 2 (duas) parcelas consecutivas do principal do empréstimo ou da sua remuneração. Atualmente a Companhia está processo de renegociação dos contratos junto aos seus principais credores.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.3 Instrumentos de Confissão de Dívidas – AmGT

Trata-se dos Instrumentos de Confissão de Dívida – ICDs, entre a Amazonas Energia S.A. e a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A – AmGT, cuja causa principal da dívida decorre de sobrecontratação involuntária. Ao todo, foram firmados 4 Instrumentos de Confissão de Dívidas, quais sejam:

- (i) Instrumento firmado em 19/12/2019, no montante de R\$ 291.027 mil, com carência de pagamento de principal até 31/10/2020 e amortização em 36 parcelas mensais.
- (ii) Instrumento firmado em 30/10/2020, no montante equivalente a R\$ 841.178 mil com carência de 4 meses, e liquidação em 56 parcelas mensais com término em outubro de 2025;
- (iii) Instrumento firmado em 31/12/2020, no montante de R\$ 372.262 mil, com carência de 4 meses e 36 parcelas mensais, até abril de 2024.
- (iv) Instrumento firmado em 28/07/2021, no montante de R\$ 808.750 mil, com carência até 30/06/2022 e 60 parcelas mensais, iniciando o pagamento em 17/07/2022 e finalizando em junho de 2027.

Destaca-se que, os contratos citados nos itens “ii” a “iv”, preveem que na hipótese de a AMAZONAS ENERGIA deixar de pagar quaisquer das parcelas pactuadas no contrato, com atraso superior a 30 (trinta) dias, incorrendo em inadimplência efetiva, não solvida por qualquer dos mecanismos de garantia, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a AMAZONAS ENERGIA será inscrita no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL e nos demais órgãos de proteção ao crédito, bem como (ii) a critério da AMAZONAS GT, a dívida poderá ser considerada totalmente vencida antecipadamente, sujeitando-se, ainda, a AMAZONAS ENERGIA à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor da Dívida Total monetariamente corrigido pela taxa média de juros correspondente aos últimos 12 (doze) meses ao vencimento antecipado, pro rata die, até a data do efetivo pagamento, além de custas e honorários

Ademais, em cláusula contratual, a Companhia comprometeu-se em utilizar recursos da CCC, do ressarcimento da Sobrecontratação, dos créditos da liquidação no Mercado de Curto Prazo (MCP) e na CCEE e dos créditos da Conta Covid para pagamento da dívida.

27.3 AIC Ressarcível – Eletrobras – Contrato de Ressarcimento

Trata-se do contrato de ressarcimento celebrado entre Eletrobras/Amazonas/Oliveira Energia, em novembro/2021, em que consta registrado um montante de R\$ 419.959 mil, devidos à vendedora (Eletrobras), a título de pagamento pelos Ativos Imobilizado em Curso – AICs ressarcíveis correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme itens 5.1, inciso XXI e 5.3, do Contrato de Compra e Venda de Ação e Outras Avenças, assinado em 10 de abril de 2019, resultado do Leilão 2/2018-PPI/PND/Amazonas Energia.

O montante mencionado está sendo ressarcido à Eletrobras em 36 parcelas mensais.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.4 Situação Geral do Endividamento

O alto nível de endividamento que a Amazonas Energia vem assimilando desde a data da mudança do controle acionário, tem resultado em custos financeiros relevantes, afetando de forma contundente a administração financeira da empresa.

O total da dívida consolidada da Amazonas Energia que somou R\$ 7.792.504 mil, em 31 de dezembro de 2022, está concentrada na Eletrobras em 82%. Destaca-se também que nesse montante de R\$ 7.792.504 mil está contido o valor de endividamento assumido pelo novo controlador em abril 2019 afetado pelos efeitos entre as datas de *valuation* (setembro de 2017) e a transferência do controle, no montante de R\$ 3.300.000 mil conforme exposto na NE 1.

Para solucionar tal questão, a Distribuidora apresentou pleitos administrativos e judiciais, todos encaminhados para conhecimento e avaliação da ANEEL, através dos quais se pretende obter do direito previsto em cláusula editalícia (EQUITY ZERO) e o reconhecimento da insuficiência das medidas de neutralidade regulatória que deveriam ter ocorrido no período de designação, preservando de forma sustentável a capacidade econômica e financeira da Amazonas Energia. Essa ação resultará no equacionamento do endividamento reduzindo-o em aproximadamente 49%.

Concomitante à busca pela referida neutralidade financeira, iniciaram-se as tratativas com a Eletrobras e Eletronorte para a reestruturação e alongamento da dívida com objetivo de buscar uma solução efetiva para o problema que existe há anos, evitando com isso a repetição de novos inadimplementos por incapacidade de pagamento, o que poderá resultar no aumento do endividamento. (Vide Nota Explicativa nº1).

Com a manutenção da condição editalícia (EQUITY ZERO) e o reconhecimento de outros créditos, o endividamento da Amazonas Energia alcançará patamares sustentáveis.

28 Obrigação sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Folha de Pagamento	3.635	4.152
Encargos Sociais – INSS	2.343	2.560
Encargos Sociais – FGTS	729	790
SESI/SENAI/FNDE	206	232
Adicional SENAI	17	19
Provisão de Férias	6.838	6.777
Provisão - Gratificação de Férias	2.279	3.100
Total	16.047	17.630

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Outros passivos

Descrição	2022	2021
Entidades Reguladoras	-	3.352
Contrib. Iluminação Pública Arrecadada	13.144	14.285
Consumidores	32.316	20.483
Outros Credores	16.172	17.840
Total	61.632	55.960
Circulante	48.077	42.405
Não Circulante	13.555	13.555

30 Provisões para causas judiciais e depósitos judiciais

Por natureza:	2022		2021	
	Provisões Judiciais	Depósitos Judiciais e Caução	Provisões Judiciais	Depósitos Judiciais e Caução
Trabalhista	190.226	129.098	217.033	124.726
Cíveis	442.074	150.785	555.306	85.513
Tributárias	305.675	19.735	275.516	18.462
Ambientais	504	-	203	-
Multas ANEEL	118.306	84.799	108.541	83.497
Bloqueio judicial	-	2.180	-	3.780
	1.056.785	386.597	1.156.599	315.978

30.1 Natureza das causas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Trabalhistas e previdenciárias - Consistem em ação movidas por empregados do quadro próprio e de empresas prestadoras de serviços, vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego.

Cíveis - A Companhia é parte em diversas ações cíveis, ligadas à relação de consumo, relativas à indenização por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, além de ação que têm por objeto ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos.

Tributárias - Os principais processos tributários envolvem compensação não homologadas de PIS e COFINS, cobranças de contribuição previdenciária indevida, autuação pela escrituração/extemporânea de créditos de ICMS, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

elétrica, cobranças de salário-educação de empregados, ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execução fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa da iluminação pública ou da COSIP paga.

30.2 Movimentação dos saldos

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

Natureza	2021	Adições	Reversões	Atualizações	Transf.	2022
Trabalhistas	217.033	35.122	(85.990)	24.061		190.226
Cíveis	555.306	52.181	(222.285)	57.249	(376)	442.075
Tributárias	275.516	-	(105)	30.264		305.675
Ambientais	203	262	-	38		503
Multas ANEEL	108.541	-	(3.421)	13.186		118.306
	1.156.599	87.565	(311.801)	124.798	(376)	1.056.785

Natureza	2020	Adições	Reversões	Atualizações	Transf.	2021
Trabalhistas	249.434	127.158	(178.892)	19.333	-	217.033
Cíveis	869.441	303.828	(250.784)	90.239	(457.418)	555.306
Tributárias	268.399	2.312	(2.825)	7.630		275.516
Ambientais	165	63	(63)	38	-	203
Multas ANEEL	103.943	1.295	-	3.303	-	108.541
	1.491.382	434.656	(432.564)	120.543	(457.418)	1.156.599

30.3 Cíveis

No saldo de provisão para causas cíveis, destacam-se ação de cobrança, danos morais e materiais, ação civil pública por dano moral coletivo, ação regressiva, ação de cobrança de encargos moratórios em razão de atraso no pagamento de faturas.

30.4 Tributárias

Trata-se, principalmente, de 13 autos de infração (SEFAZ-AM), sendo 11 da AmE (2003-2016) e 2 da extinta CEAM (2006-2007), num total de R\$ 2.362.542 mil, considerados como risco provável de perda. A Companhia obteve parecer jurídico de seus assessores externos, no qual foi considerado como perda provável apenas a parcela do principal e multa sobre as perdas não regulatórias do período de novembro de 2005 a dezembro de 2008, que atualizados em 31 de dezembro de 2022 equivalem a R\$ 297.365 mil (R\$ 265.509 mil em 2021), e para o restante do valor foi considerado como risco de perda possível.

Os autos de infração foram lavrados para cobrança do valor dos créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia, em virtude de perdas técnicas e comerciais na transmissão e distribuição de energia elétrica. Nas defesas da Companhia, a tese sustentada é de que a legislação somente pode exigir o estorno das perdas extraordinárias à atividade, uma vez que as perdas ordinárias, por serem previsíveis, integram o preço da mercadoria vendida e, portanto, majoram a tributação pelo ICMS. Alega-se também que no caso específico da energia elétrica, a legislação prevê expressamente que as perdas, sejam elas técnicas ou comerciais, devem compor o valor da tarifa, sendo, assim, inerentes à atividade, de modo que a exigência de estorno não se justificaria. Classificam como risco de

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

perda possível as perdas comerciais reconhecidas na tarifa (a SEFAZ entende que apenas as perdas técnicas seriam inerentes à atividade, posicionamento idêntico à RFB - Solução de Consulta nº 17 - COSIT).

30.5 Processos classificados como perda possível

<u>Natureza</u>		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Trabalhistas		283.977	229.924
Cíveis	(a)	2.080.674	1.825.164
Tributárias	(b)	3.535.848	2.399.091
		<u>5.900.499</u>	<u>4.454.179</u>

a. Processos Cíveis

Destaca-se a existência de processos oriundos do apagão que atingiu os municípios de Iranduba e Manacapuru em julho/2019, ante o rompimento abrupto do cabo submerso que levava a energia elétrica a esses municípios. Mesmo mediante todas as ações tomadas pela Companhia para sanar os problemas envolvidos nesse apagão, surgiram diversos processos registrados contra a Companhia oriundas desse episódio e juntos somam o equivalente a R\$ 10.545 mil, e novos processos decorrentes desse assunto podem surgir.

b. Processos Tributários

São diversos processos relativos a tributos federais, estaduais e municipais que se encontram na esfera administrativa, destacando-se entre os principais:

- (i) Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas - SEFAZ, com vinte e cinco processos, no montante de R\$ 1.761.356 mil (R\$ 1.346.905 mil em 2021) impetrados pela cobrança de valores de créditos de ICMS aproveitados pela Companhia em vários exercícios, cujo custo efetivo não foi pela Companhia suportado, em razão dos subsídios recebido da CCC e outros créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia em virtude de perdas técnicas e comerciais na distribuição de energia elétrica.
- (ii) Um processo da Associação Brasileira Consumidores Água Energia Elétrica (ASSOBRAEE) no valor de R\$ 409.873 mil (R\$ 144.504 mil em 2021) referente à Ação civil pública visando declarar a nulidade da Portaria nº 45/86 do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), bem com pedido de restituição de todas as quantias cobradas pela Companhia com base nessa majoração de março a novembro de 1986.
- (iii) Um processo (AmE x ANEEL) no valor de R\$ 435.638 mil (R\$ 181.326 mil em 2021), referente a ação ordinária visando à recomposição financeira, por meio de reajuste tarifário, das perdas incorridas pela Companhia em decorrência do método de devolução do PIS e da COFINS embutidos na tarifa determinado pela ANEEL, bem como a anulação do auto de infração nº 075/2008-SFF.
- (iv) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, em 01 de abril de 2019, referente a fatos jurídicos compreendidos no período de 01/2014 a 12/2016, cujas as supostas infração cometidas seriam a insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS, considerando que a Companhia não ofereceu a tributação os valores recebidos a título de reembolsos da Conta de Consumo de Combustível (CCC), destinados à aquisição de combustíveis

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

utilizados na geração de energia termelétrica, bem como dos demais gastos que compõe o Custo Total de Geração (CTG). O Auto de Infração lavrado totalizou o montante de R\$ 1.170.116 mil. Em 27 de abril de 2019, a Companhia protocolou na RFB o devido processo de impugnação ao Auto de Infração lavrado. Em 01 de outubro de 2019, por meio do Acórdão 01-37.159 - 3ª Turma da DRJ/BEL, os membros da 3ª Turma de Julgamentos, por unanimidade de votos, julgaram procedentes em partes os argumentos apresentados na impugnação, devendo, no entanto, ser cancelados em sua totalidade os débitos constituídos nos autos de infração em função da cobertura de créditos existente. Ademais, tal Acórdão foi submetido à apreciação do CARF, por força de recurso necessário, cujo julgamento se deu conforme descrito na NE 40.1.

30.6 Ativo contingente

Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS:

Em 22/01/2019, a companhia impetrou um pedido de liminar com sentença em Mandado de Segurança, objetivando: a) em sede de liminar, a suspensão da exigibilidade do PIS e da COFINS incidentes sobre a parcela relativa ao ICMS incidente nas operação de venda de mercadorias; b) No mérito, reconhecer o direito líquido e certo de excluir da base de cálculo do PIS/COFINS a parcela do ICMS incidente nas suas operação, retroagindo aos últimos 5 anos, determinando que a autoridade impetrada se abstenha de qualquer cobrança a tal título; c) Assegurar à impetrante o direito líquido e certo à compensação, pela via administrativa, de todos os valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos até o trânsito em julgado da presente ação mandamental, a título das contribuição PIS/COFINS sobre a parcela do ICMS incidente nas suas operação e constantes das notas fiscais, atualizados pela taxa SELIC ou outro índice que vier a substituí-la; d) Declarar, em conformidade com o entendimento firmado no Recurso Extraordinário nº 574.706, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuição em voga, corresponde ao montante destacado na Nota Fiscal (ou documento equivalente), ao contrário do que sustenta a RFB através da Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/2018.

Não há reconhecimento no balanço da Companhia de qualquer valor relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, em virtude de não ter havido decisão definitiva em esfera judicial (trânsito em julgado). Ademais, a estimativa da Companhia é que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, reflita uma redução tributária líquida no montante de R\$ 107.796 mil (R\$ 19.228 mil de PIS e R\$ 88.568 mil de COFINS).

31 Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2022, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

Acionistas	R\$ mil	Participação (%)	Quantidade
Oliveira Energia S.A.	10.151.152	91,13	17.676.383
Empregados e aposentados	995.515	8,87	1.720.071
	11.146.667	100,00	19.396.454

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada como segue:

Fornecimento – descrição	2022	2021	Δ%
		(Reapresentado)	
Residencial (a)	2.014.815	1.909.413	5,5
Industrial (a)	398.547	445.592	(10,6)
Comércio, serviços e outros (a)	1.056.423	1.012.917	4,3
Rural (a)	58.198	48.616	19,7
Poder Público (a)	455.960	364.337	25,1
Iluminação Pública (a)	70.977	96.112	(26,2)
Serviço Público (a)	60.882	54.589	11,5
Energia Elétrica na CCEE (b)	457.283	1.653.959	(72,4)
Não faturado	15.231	20.132	(24,3)
Receita ultrapassagem de demanda e excedente reativo (c)	(28.789)	(18.211)	58,1
	4.559.527	5.587.456	(18,4)
Tarifa – Cons. Livres - TUSD (d)	387.844	304.862	27,2
Outras Receitas			
Construção	793.321	479.493	65,4
Ativos e passivos regulatórios - CTG 08 (e)	(330.226)	56.822	(681,2)
Outros (f)	655.630	209.016	213,7
	1.118.725	745.331	(50,1)
Receita operacional bruta	6.066.096	6.637.649	(8,6)
Deduções			
PIS	(73.262)	(113.847)	(35,6)
COFINS	(337.447)	(300.421)	(12,3)
P&D e PEE	(48.893)	(51.479)	(5,0)
CDE	(317.766)	(118.709)	167,7
Taxa Fiscalização Aneel	(4.231)	(9.455)	55,3
	(781.599)	(593.911)	31,6
Receita Operacional Líquida	5.284.497	6.043.738	(12,6)

Fornecimento - Descrição	Não auditados					
	Nº de Consumidores			Mwh		
	2022	2021	Δ%	2022	2021	Δ%
Residencial	855.613	822.538	4,0	2.239.733	2.153.619	4,0
Industrial	2.105	2.184	(3,6)	377.239	447.904	(15,8)
Comércio, serviços e outros	80.958	76.588	5,7	1.089.663	1.057.190	3,1
Rural	38.448	40.609	(5,3)	79.041	76.760	3,0
Poder Público	9.161	9.068	1,0	538.687	435.440	23,7
Iluminação Pública	229	717	(68,1)	141.061	187.667	(24,8)
Serviço Público	1.796	1.697	5,8	77.713	75.253	3,3
	988.310	953.401	3,7	4.543.137	4.433.833	2,5

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O aumento na receita é reflexo do reajuste médio nas tarifas a partir de 01 de novembro de 2021 que foi de 15,99%, conforme Resolução Homologatória 2.967/2021. O reajuste médio das tarifas a partir de 01 novembro de 2022 foi de 4,38%, conforme Resolução Homologatória 3.132/2022.
- (b) Embora a quantidade de energia comercializada não tenha variado significativamente, os valores estão fortemente impactados pelo preço do PLD, pois em 2021 mantiveram-se altos em função da crise hídrica vivida pelo país naquela ocasião.
- (c) Refere-se à reversão de receita obtida através do faturamento aos clientes finais de penalidades por ultrapassagem dos limites contratados para demanda e excedente de reativo. Os valores dessa receita foram transferidos para a conta de obrigação setoriais e serão utilizados como redutor da Parcela B, no próximo ciclo de reajuste tarifário.
- (d) Receita proveniente de grandes consumidores que estão conectados ao sistema elétrico da Companhia na condição de “livres”, a referida receita remunera a utilização da rede de distribuição especificamente no que diz respeito ao transporte da energia adquirida no Sistema Interligado Nacional. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”. O aumento na receita é reflexo do reajuste médio nas tarifas a partir de 01 de novembro de 2021 que foi de 15,99%, conforme Resolução Homologatória 2.967/2021.
- (e) Fortemente impactada pelos valores recebidos da Conta Bandeiras, que veio a compensar os valores constituídos a título de Encargos de Uso do Sistema (custos do risco hidrológico). Neste sentido, reverteu-se uma constituição de CVA, contudo essa Receita migrou para a conta bandeiras.
- (f) Aumento em decorrência do Registro da Conta Bandeiras, que totalizou no ano o montante de R\$ 360.928 mil. Tais valores vieram para compensar os custos do Encargo de Uso do Sistema. Nesse sentido, houve reversão de CVA. Destacam-se também os montantes de R\$ 183.350 mil referentes às subvenções baixa renda e modicidade tarifária e R\$ 24.389 mil referentes ao Bônus Redução de Consumo conforme Despacho ANEEL 1177/2022.

33 Custo com energia elétrica

A Companhia, para atendimento aos seus consumidores, mantém contrato com diversas empresas, comprando energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

<u>Descrição</u>		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Compra de Energia	(a)	(7.547.024)	(6.945.449)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(b)	(289.741)	(615.496)
Comercialização de Energia Elétrica - curto prazo	(c)	(191.027)	(497.116)
Aluguel de Grupos Geradores	(a)	(121.262)	(96.638)
Proinfra	(d)	(82.278)	(53.546)
		<u>(8.231.332)</u>	<u>(8.208.245)</u>

- (a) A redução do montante de R\$ 630.859 mil, que se referia a provisão dos valores notificados pela Sefaz/AM, referentes ao período de 02/2020 a 12/2021, foram

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

revertidos, tendo em vista os efeitos produzidos pela Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF nas ADIs 6144 e 6624 que desobriga a Amazonas de pagar os referidos valores. O fator que contribuiu para o aumento da compra de energia foi o aumento no preço dos combustíveis o que impactou os Contratos de Comercialização de Energia no Sistema Isolado - CCESI, assim como a variação no IGPM (índice de reajuste) dos Contratos de Potência e Energia Elétrica – CPEE e os Contratos de Comercialização e Venda de Energia Elétrica – CCVEs.

Ademais, esta rubrica está impactada pela redução de R\$ 536.639 mil, que se referia a provisão dos valores notificados pela Sefaz/AM, referentes ao período de 02/2020 a 12/2021 e que foram revertidos, tendo em vista os efeitos produzidos pela Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF nas ADIs 6144 e 6624 que desobriga a Amazonas de pagar os referidos valores.

- (b) Em 2021, o valor está impactado pelo registro dos Encargos de Serviço do Sistema – ESS (custos do risco hidrológico no montante de R\$ 354.507 mil).
- (c) Assim como a receita, embora a quantidade de energia comercializada não tenha variado significativamente, os valores estão fortemente impactados pelo preço do PLD, pois em 2021, estavam bem altos.
- (d) A quota PROINFA mensal em 2022 é de R\$ 6.857 mil, conforme Resolução Homologatória – REH ANEEL 2995/2021 (R\$ 4.568 mil em 2021, REH ANEEL 2815/2021).

34 Custo de operação e receitas e (despesas) operacionais

34.1 Custo de operação

Descrição		2022	2021
Pessoal		(133.364)	(132.412)
Material	(a)	(12.142)	(26.311)
Serviço de terceiros	(b)	(451.449)	(338.435)
Combustível p/produção de Elétrica	(c)	(756.771)	(515.320)
(-) Recuperação de despesa CCC	(d)	6.078.215	3.627.079
Depreciação e Amortização Acumulada		(70.847)	(64.243)
Outras despesas operacionais	34.3	(128.457)	451.822
Total		4.525.185	3.002.180

- (a) Redução em reflexo às ações de gestão para adequação dos custos aos patamares regulatórios.
- (b) Nas despesas com Serviços, realização a maior em reflexo sobretudo da liminar que suspendeu a implantação do Projeto SMC, havendo a necessidade de realocação de parte das equipes exclusivas do SMC para executarem serviços de manutenção na rede de distribuição, com isso houve um acréscimo nas despesas de manutenção. Essas equipes foram alocadas para executarem serviços de adequação de rede (RNT - reclamação do nível de tensão), substituição de cruzetas, além de recondução de redes de MT/BT. Essas ações contribuíram para a redução de anomalias na rede de

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

distribuição, e melhoria dos indicadores DEC/FEC, além do atendimento aos serviços solicitados pela Ouvidoria e de Ordens de Serviço - OS reguladas.

(c) O aumento na rubrica de Combustível p/produção de E.E. está atrelada ao fato do aumento do preço dos combustíveis.

(d) A subvenção CCC reembolsa a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN. Na Companhia, os seguintes custos são objeto de reembolso pela CCC:

- Combustível;
- O&M dos custos de geração própria, incluindo a locação de grupos geradores;
- Contratos de Comercialização e Venda de Energia Elétrica – CCVEs com a AmGT e BK Energia;
- Contratos de Potência e Energia Elétrica – CPEEs com a AmGT; e
- Contratos de Comercialização de Energia no Sistema Isolado – CCESIs

Colabora para o aumento no valor de reembolso, o aumento dos custos objeto de reembolso da CCC. Ademais, para 2022 o ACR_{méd} é de R\$ 274,01/MWh (R\$ 253,50/MWh).

Ademais, consoante a NE 3.1, corrobora para o aumento do valor da subvenção CCC, o registro de reconhecimento da Sobrecontratação, que no exercício de 2022 é do montante de R\$ 887.579 mil.

34.2 Custo de Construção

Aumento relacionado ao esforço da Companhia na aquisição/construção de novos ativos. Em 2022, a Companhia envidou esforços na execução do plano de CAPEX.

34.3 Outras despesas operacionais

Descrição		2022	2021
Arrendamentos e aluguéis		(698)	(550)
Seguros		(1.259)	(1.050)
Recuperação de despesas	(a)	10.536	530.648
Tributos		(5.285)	(2.329)
Consumo próprio de EE.		(9.031)	(8.603)
Indenizações judiciais		(899)	(6.624)
Penalidade transg. dos indicadores DIC/FIC/DMIC/DRC/DRP	(b)	(95.765)	(32.740)
Diárias - viagem à serviço		(451)	(408)
Outras despesas		(25.605)	(26.522)
Total		(128.457)	451.822

(a) O exercício de 2021, está impactado pelo registro de créditos extemporâneos de PIS/COFINS sobre perdas e sobre combustíveis, no montante de R\$ 546.086 mil.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Em 2022 concluímos o processo de migração, iniciado em 2021, para um novo Sistema de Gestão Técnica da Distribuição, em substituição ao sistema anterior, para atender os requisitos regulatórios plenamente. Paralelamente foi realizado o recadastramento dos ativos elétricos, gerando melhor qualidade na coleta e apuração dos indicadores, trazendo aos resultados a real fotografia dos eventos ocorridos no sistema elétrico da concessionária, por isso, nesse período houveram vários reprocessamentos que incorreram no aumento da despesa (do montante apresentado R\$ 45.655 mil refere-se a exercícios passados), contudo, verifica-se melhoria de comunicação, treinamentos de equipes e reestruturação de processos, resultando no aumento da confiabilidade das informações geradas nas realizações dos serviços em campo, principalmente no interior do estado, quando as equipes passaram a efetivamente utilizar o novo sistema técnico implantado. Tal fato irá desenhar uma nova curva histórica, a partir de 2023.

34.4 Receitas (despesas) operacionais

Descrição		2022	2021
Pessoal		(66.072)	(73.208)
Material		(10.769)	(27.868)
Serviço de terceiros		(73.761)	(76.454)
Depreciação e amortização acumulada		(14.013)	(11.333)
Provisões operacionais	34.5	(236.504)	(203.959)
Outras despesas operacionais		12.171	(222.865)
Ajuste a Valor Justo – Ativos Concessão	(a)	155.333	267.326
Total		(233.615)	(348.361)

- (a) Ajuste a Valor Justo – Ativos Concessão – Para os ativos vinculados à concessão (ativos financeiros e ativos intangíveis), a Companhia avaliou o valor de recuperação desses ativos comparando-os com o valor da Base de Remuneração Regulatória – BRR definido pela ANEEL no processo de Revisão Tarifária Extraordinária (Nota Técnica nr.186/2020-SFF/ANEEL, de 20/10/2020). A BRR foi atualizada para 31/12/2022, bem como foram adicionadas/deduzidas as movimentações ocorridas no período de janeiro/2022 a dezembro/2022. Assim sendo, na Distribuição e Geração Associada o valor calculado pelo agente regulador mais movimentação é superior ao valor contábil e, portanto, a Companhia optou por realizar os ajustes dos ativos.

34.5 Provisões operacionais

Descrição		2022	2021
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(a)	(451.115)	(273.733)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	(a)	437.310	422.913
Perdas com clientes	(a)	(232.001)	(353.734)
Provisão para contingências judiciais	(b)	(299.207)	(190.425)
Reversão para contingências judiciais	(b)	308.509	191.020
		(236.504)	(203.959)

- a) Na PCLD, diante do cenário econômico de inflação, leis invasoras e aumento de tarifas, a Companhia tem sofrido com o crescimento da carteira de recebíveis afetando a PCLD.
- b) Nas provisões contingenciais destaca-se a reversão de contingências trabalhistas e cíveis quer seja por mudança no grau de risco dos processos, celebração de acordos judiciais, ou mesmo pelo encerramento de processos.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35 Resultado financeiro

Descrição		2022	2021
Receitas financeiras			
Aplicação financeiras	(a)	32.692	6.763
Acréscimo moratório s/energia vendida	(b)	208.888	74.529
Variação monetária ativa		72	31.385
Ganhos pelo Valor da Indenização	(c)	74.960	25.868
Ativos e passivos financeiros setoriais	(d)	122.219	50.179
Juros; multas e descontos		172	4.392
Juros remuneratório CCEE		7.366	15.154
Atualização monetária SELIC	(e)	13.445	3.976
Outras receitas financeiras		1.455	22.552
(-) Tributos s/Receita Financeira		(20.464)	(12.364)
		440.805	222.434
Despesas financeiras			
Variação monetária passiva		(36.171)	36.246
Encargos de dívidas	(f)	1.026.570	419.414
Atualização de ativos e passivos regulatórios		74.049	8.127
Juros; multas e descontos		8.969	33.852
Atualização monetária de contingências	(g)	124.799	132.165
Atualização encargos fornecedores	(h)	119.169	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF		840	79
Perda de avaliação atuarial		227	504
Outras despesas diversas		80.797	159.035
		1.399.249	789.422
Resultado financeiro		(958.444)	(566.988)

- (a) Em virtude de recebimentos como sobrecontratação e conta bandeiras ao longo do exercício, tais valores foram aplicados financeiramente até o momento de sua efetiva utilização, o que gerou receita de aplicação.
- (b) Reflexo do aumento da inadimplência.
- (c) Referem-se aos valores de atualização recebidos sobre o AIC Indenizado e Sobras Físicas.
- (d) O exercício de 2022 está impactado pelo ajuste na metodologia de cálculo da CVA para atualização dos valores.
- (e) Referem-se as atualizações monetárias dos depósitos judiciais.
- (f) Referem-se a atualização das dívidas e financiamentos informados na Nota Explicativa n°. 27 – Empréstimos e Financiamentos.
- (g) Relativo as atualizações dos processos contingentes, onde os processos cíveis e ambientais são atualizados pelo índice INPC + 1% ao mês de juros legal, os processos trabalhistas atualizados pela TR + 1% ao mês de juros legal e os processos tributários e regulatórios pela Selic.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (h) Relativo as atualizações do contas a pagar corrente junto a AmGT, que no exercício foi no montante de R\$ 213.390 mil. Contudo, houve reversão de R\$ 94.220 mil, dos encargos que estavam provisionados de ICMS-ST, conforme se depreende do item “c” da NE 16 (ICMS-ST). Tais valores foram revertidos considerando os efeitos produzidos pela Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF nas ADIs 6144 e 6624 que desobriga a Amazonas de pagar os referidos valores.

36 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

36.1 Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisição e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total dos empréstimos	(7.792.504)	(7.896.140)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	135.869	139.475
Dívida líquida	<u>(7.656.635)</u>	<u>(7.756.665)</u>

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Nível</u>	<u>Classificação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixas e equivalentes de caixas	1	Valor justo por meio do resultado	22.912	107.266
Consumidores		Custo amortizado	1.341.242	1.301.041
Concessionárias e permissionárias		Custo amortizado	78.216	206.793
Direitos de ressarcimento		Custo amortizado	1.383.552	2.103.731
Ativos financeiros setoriais		Custo amortizado	272.646	354.353
Ativo financeiro		Custo amortizado	<u>268.523</u>	<u>209.913</u>
			<u>3.367.091</u>	<u>4.283.097</u>
Valor justo				
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	2	Valor justo por meio do resultado	<u>112.957</u>	<u>32.209</u>
			<u>112.957</u>	<u>32.209</u>

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Nível</u>	<u>Classificação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	7.792.504	7.896.140
Fornecedores		Custo amortizado	1.564.010	1.190.056
Obrigação de ressarcimento		Custo amortizado	402.154	402.154
Passivos financeiros setoriais		Custo amortizado	594.853	365.714
			<u>10.353.521</u>	<u>9.854.064</u>

Técnicas de avaliação e informação usadas:

- (a) **Caixas e Equivalentes de Caixas; Contas Bancárias Vinculadas e Ativos Regulatórios:** Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- (b) **Títulos e valores mobiliários - Curto e Longo Prazo:** usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- (c) **Consumidores:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- (d) **Ativos financeiros:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão.
- (e) **Direito de Ressarcimento:** São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como custo amortizado.
- (f) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variação monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- (g) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
- (h) **Obrigação de ressarcimento:** referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC e são valorizados a custo amortizado.
- (i) **Demais instrumentos financeiros:** os valores justos são similares aos seus valores contábeis, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; e (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa de CDI.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

representam transação de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício de 2022.

36.2 Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

36.2.1 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade de a Companhia contabilizar perdas em razão de oscilação das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos.

Este risco é mitigado pelo fato de a Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

Análise de Sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, dos indexadores SELIC, CDI e IPCA.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2022	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Provável 2021 ¹	(+25%) ¹	(+50%) ¹
Empréstimos obtidos - SELIC	2.336	318	398	478
Empréstimos obtidos - CDI	4.928.771	482.527	603.282	724.036
Parcelamentos - SELIC	800.599	109.122	136.422	163.722
Parcelamentos - CDI	2.018.673	197.628	247.086	296.543
Parcelamentos - IPCA	42.125	261	329	392
Impacto no Resultado		789.856	987.517	1.185.171
		Provável (**)	25%	50%
SELIC		13,63%	17,04%	20,45%
CDI		9,79%	12,24%	14,69%
IPCA		0,62%	0,78%	0,93%

Descrição	2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Provável 2021 ¹	(+25%) ¹	(+50%) ¹
Empréstimos obtidos - SELIC	499.206	45.677	57.097	68.516
Empréstimos obtidos - CDI	4.001.382	133.099	166.374	199.649
Parcelamentos - SELIC	1.626.873	148.859	186.074	223.288
Parcelamentos - CDI	1.699.949	56.546	70.682	84.819
Parcelamentos - IPCA	68.730	502	627	753
Impacto no Resultado		384.683	480.854	577.025
		Provável (**)	25%	50%
SELIC		9,15%	11,44%	13,73%
CDI		3,33%	4,16%	4,99%
IPCA		0,73%	0,91%	1,10%

(*) A Companhia divulgou os empréstimos obtidos pelo CDI e SELIC que representam respectivamente 62,10% e 36,33% do saldo dos empréstimos.

(**) Cotação das estimativas apresentadas do indexador CDI da pesquisa B3; do indexador SELIC e IPCA da pesquisa BACEN.

36.2.2 Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	(a.1)	22.912
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	(a.1)	112.957
Consumidores	(a.2)	1.341.242
Ativos financeiros setoriais	(a.3)	272.646
Outros ativos	(a.4)	111.149
Direito de ressarcimento	(a.5)	1.383.552
Ativo contratual	(a.3)	798.061
Ativo financeiro	(a.3)	268.523
		<u><u>4.311.042</u></u>

(a.1) Caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias vinculadas e TVM

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituição financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

A Companhia realiza aplicação financeiras apenas em títulos permitidos pela União por ser Sociedade de Economia Mista e os saldos mantidos são de rotatividade quase que diária, portanto, considera o risco de crédito baixo.

(a.2) Consumidores

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão, utiliza uma matriz de provisão para estimar suas perdas com clientes. O *aging* de clientes, bem como percentuais de perda por tipo de classe estão divulgados na nota explicativa nº6.

A Companhia entende que o risco de crédito de sua carteira não alterou significativamente, visto que os percentuais de perda observáveis historicamente por tipo de classe não tiveram oscilação relevantes, esses índices podem ser visualizados na nota explicativa nº 6.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- (i) Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- (ii) Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- (iii) Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- (iv) Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e
- (v) Cobrança judicial.

(a.3) Ativo regulatório e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo financeiro da concessão).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a.4) Outros ativos

Referem-se a contas a receber com a Eletrobras que serão liquidados com as dívidas existentes após assinatura da transferência de controle acionário por força de lei, portanto a Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos.

(a.5) Direito de ressarcimento

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os saldos reconhecidos na data base estão suportados por documentos emitidos pelo órgão regulador (ANEEL) que anuiu o reembolso desses créditos por força de lei decorrente da privatização.

36.2.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivo	Categoria	2022		2021	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	7.792.504	7.792.504	7.896.140	7.896.140
Fornecedores	Custo amortizado	1.564.010	1.564.010	1.190.056	1.190.056
Obrigação de ressarcimento	Custo amortizado	402.154	402.154	402.154	402.154
Obrigação estimadas	Custo amortizado	16.047	16.047	17.630	17.630

Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	2022			
	Menos de 1 ano	Superior a 1 e inferior 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	3.000.760	1.723.067	1.377.757	1.690.920
Fornecedores	1.540.017	23.993	-	-
Obrigação de ressarcimento	-	402.154	-	-
Obrigação estimadas	16.047	-	-	-

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	2021			
	Menos de 1 ano	Superior a 1 e inferior 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.549.305	2.413.940	1.756.347	2.176.548
Fornecedores	1.190.056	-	-	-
Obrigação de ressarcimento	-	402.154	-	-
Obrigação estimadas	17.630	-	-	-

37 Cobertura de seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Seguradora	Risco	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio
Mongeral A. Seguros e Previdência	Vida	11/01/2022 a 11/01/2023	1007 vidas	96
Mapfre Seguros	Engenharia	13/10/2022 a 13/10/2023	129.045	851
Tokio Marine	Engenharia	26/10/2022 a 26/10/2023	150.000	22

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia e de incêndio sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).

38 Benefício pós emprego

O programa de benefícios previdenciários tem como meta conceder aos empregados que vierem a se aposentar na AmE uma complementação que consiste entre a diferença do Salário Real de Benefício (base de cálculo dos benefícios de complementação de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e especial, valor correspondente à média aritmética simples dos últimos 36 (trinta e seis) meses, corrigidos pelo INPC) e a renda vitalícia obtida no regime geral da previdência social, sobre o qual o empregado e a AmE contribuem mensalmente para formação de um fundo capitalizado.

Os programas de benefício pós-emprego da Companhia podem ser assim classificados:

a. Plano de Contribuição Definida (CD) - Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano contempla os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotização individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

b. Plano de Benefício Definido (BD) - Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

c. Estatísticas Demográficas

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD e CD está abaixo demonstrado:

Dados Populacionais	BD	CD
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	13	1332
1.2. Idade Média	60	46,54
1.3 Salário Médio em R\$	15.269	8.346
2. Participantes Inativos		
2.1. Participantes- nº	34	-
2.2. Idade Média	65,97	-
2.3. Benefício Médio em R\$	6313	-
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	12	-
3.2. Idade Média	72	-
3.2. Benefício Médio em R\$	1.897	-
População Total	59	1.332

d. Premissas Utilizadas

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

Econômicas	BD	CD
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,10%	6,11%
Projeção de aumentos médio dos salários	1,00%	1,00%
Taxa média de inflação anual	5,31%	5,31%
Duration (em anos)	8,57	8,89

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Demográficas</u>	<u>BD</u>	<u>CD</u>
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade de ativos /aposentados	AT-2000 segregada por sexo, agravada em 15%	AT-2000 segregada por sexo, agravada em 15%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Desagravada em 2 anos	AT-49 Desagravada em 2 anos
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Salarial	Nulo	Nulo
Hipótese de entrada em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral

e. Exposição dos resultados

Em conformidade com o IAS 19 e CPC nº 33 foi utilizado o método do Crédito Unitário Projetado para a estimativa das obrigações de longo prazo. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Plano BD	2022	2021
Obrigações no início do exercício	56.730	43.968
Custo do serviço corrente	498	360
Reembolso do serviço corrente	(290)	(405)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	291	273
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	5.874	2.806
(Ganhos)/Perdas atuariais	(24.049)	12.815
(-) Benefícios pagos no ano	(3.408)	(3.087)
Obrigações no final do exercício	35.646	56.730
Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício	59.989	54.037
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	6.249	3.491
Contribuições normais e extraordinárias patronais	291	272
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	291	274
(-) Benefícios pagos	(3.408)	(3.087)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(2.140)	5.003
Ativos Financeiros no final do exercício	61.272	59.989
(Déficit)/Superávit apurado	25.627	3.260
Passivo líquido ao final do exercício	-	-

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Plano BD		
Movimentação do custo/(receita)		
(Ganho)/Perda a ser reconhecida em ORA	76	(64)
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício	215	337
Custo do serviço corrente	499	360
Reembolso do serviço corrente	(290)	(405)
Juros sobre a obrigação atuarial	5.873	2.807
Juros sobre o limite máximo do passivo/ (ativo) oneroso	382	1.067
Rentabilidade sobre os ativos	(6.249)	(3.492)
Receita total da obrigação do plano ao final do exercício	291	273
Plano CD	2022	2021
Obrigações no início do exercício	2.999	1.962
Custo do serviço corrente	265	408
Juros sobre a obrigação atuarial	304	128
(Ganhos)/Perdas atuariais	(1.050)	720
(-) Benefícios pagos no ano	(246)	(219)
Obrigações no final do exercício	2.272	2.999
Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício	6.287	2.903
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	652	197
(-) Benefícios pagos	(247)	(219)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(933)	3.406
Ativos Financeiros no final do exercício	5.759	6.287
(Déficit)/Superávit apurado	3.487	3.288
Passivo líquido ao final do exercício	-	-
Plano CD		
Movimentação do custo/(receita)	2022	2021
(Ganho)/Perda a ser reconhecida em ORA	(303)	(439)
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício	303	439
Custo do serviço corrente	265	409
Juros sobre a obrigação atuarial	304	128
Juros sobre o limite máximo do passivo/ (ativo) oneroso	386	99
Rentabilidade sobre os ativos	(652)	(197)
Custo/(receita) total da obrigação do plano ao final do exercício	-	-

39 Partes relacionadas

39.1 Transação e saldos

A Companhia efetuou transação com partes relacionadas. As transações são realizadas a preços e condição definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas e estão classificadas conforme quadro a seguir:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	2022			2021		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
	Compra de Serviços	-	-	-	-	-	(293)
	Aluguel de Grupos Geradores + Energia Comprada	-	5.618	(1.053.655)	-	25.759	(695.649)
Oliveira Energia Itam - Industria de Transformadores	Sistema Isolado Aquisição e Recuperação de Transformadores	4.402	9.991	(2.662)	-	4.919	(2.333)
Total		4.402	15.609	(1.056.317)	-	30.678	(698.275)

39.2 Remuneração dos administradores

O gasto total com a remuneração está demonstrado a seguir:

	2022	2021
Remuneração e encargos dos diretores e conselheiros	6.707	6.012
Benefícios	1.023	3.439
	7.730	9.451

40 Eventos Subsequentes

40.1 Julgamento do processo de número 10283.720791/2019-31

Em 22 de março de 2023, ocorreu o julgamento do processo de número 10283.720791/2019-31, na 1ª. TO da 3ª. Seção da 4ª. Câmara de julgamento do CARF, referente ao auto de infração de PIS e COFINS, cujo montante é de R\$ 1.170.116 mil, tendo os julgadores ratificado o Acórdão número 0137.159 da 3ª. Turma da DRJ de Belém, em 01/10/2019, que havia cancelado o crédito tributário constituído no Auto de Infração.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

AMAZONAS ENERGIA S/A



MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN

Diretor-Presidente
Diretor Financeiro



ORSINE R. DE OLIVEIRA

Diretor Vice-Presidente



RADYR GOMES DE OLIVEIRA

Diretor Técnico do Interior
Diretor de Relações Institucionais



RODRIGO MOREIRA

Diretor Técnico da Capital



FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI

Diretor Comercial



MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA

Diretora Regulatória e Jurídica
Diretora Administrativa



CLEONICE ARAÚJO DE SALES

Contadora - CRC- AM 010393/O-7


PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Amazonas Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Relatório emitido pela Crowe Macro Auditoria e Consultoria (Auditores Independentes), em 13/04/2023, sobre o qual, por importante, compete destacar o teor do parágrafo "Ênfase – Continuidade Operacional", sem ressalva, opina que – observados todos os aspectos enfatizados pelos Auditores Independentes, conforme mencionado – os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Manaus (AM), 13 de abril de 2023.



AIRTON ÂNGELO CLAUDINO
Presidente do Conselho Fiscal



HAMILTON ALMEIDA SILVA
Membro do Conselho Fiscal



CEZAR ANTONIO BORDIN
Membro do Conselho Fiscal



MARISE GRINSTEIN
Membro do Conselho Fiscal



PEDRO NEVES MARX
Membro do Conselho Fiscal